



TRIBUNAL DE CONTAS



Proc.º n.º 25/2014 - AUDIT

RELATÓRIO
DE
AUDITORIA
N.º 26/2014

Tribunal de Contas

2014

PARQUE ESCOLAR



Fonte: página eletrónica da Parque Escolar, EPE - Escola Secundária Vergílio Ferreira, Escola Secundária Rainha D. Leonor e Escola Básica Francisco de Arruda (Prémios Valmor 2011)

Exercício de 2013



ÍNDICE

Índice de quadros.....	2
Índice de gráficos	2
Índice dos mapas de apoio ao Relatório.....	2
Relação de siglas e de abreviaturas	3
SUMÁRIO EXECUTIVO	4
PRINCIPAIS CONCLUSÕES DE AUDITORIA	4
RECOMENDAÇÕES.....	6
1 INTRODUÇÃO.....	7
1.1 NATUREZA, ÂMBITO E OBJETIVOS.....	7
1.2 METODOLOGIA E AMOSTRA.....	7
1.3 CONTRADITÓRIO.....	7
2 OBSERVAÇÕES DE AUDITORIA	8
2.1 BREVE CARATERIZAÇÃO DA PARQUE ESCOLAR.....	8
2.2 CONTRATOS-PROGRAMA E PLANO DE NEGÓCIOS	11
2.3 PROGRAMA DE MODERNIZAÇÃO DO PARQUE ESCOLAR DESTINADO AO ENSINO SECUNDÁRIO	14
2.3.1 Enquadramento	14
2.3.2 Caraterização física.....	15
2.3.3 Caraterização financeira	17
2.4 DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS / PRESTAÇÃO DE CONTAS	19
2.5 ATIVO NÃO CORRENTE	21
2.6 ENDIVIDAMENTO	23
2.7 EXECUÇÃO ORÇAMENTAL.....	25
2.7.1 No âmbito do MEC	25
2.7.2 Da Parque Escolar	26
3 VISTA AO MINISTÉRIO PÚBLICO.....	28
4 DECISÃO	28
5 ANEXOS.....	29
5.1 EMOLUMENTOS.....	29
5.2 RESPONSÁVEIS PELO EXERCÍCIO DE 2013	29
5.3 ORGANIZAÇÃO DO PROCESSO	29
5.4 FICHA TÉCNICA.....	29
5.5 MAPAS DE APOIO AO RELATÓRIO.....	30



Índice de quadros

Quadro 1 – Recursos humanos a 31/12/2013	11
Quadro 2 – Contratos programa	11
Quadro 3 – Valores das RCM.....	12
Quadro 4 – Valores previstos no Plano de Negócios de abril de 2013	13
Quadro 5 – Estado do Investimento a 31/12/2013.....	16
Quadro 6 – Situação das intervenções em fase de “construção”	17
Quadro 7 – Síntese da execução financeira.....	17
Quadro 8 – Contratos celebrados 2007-2013	18
Quadro 9 – Provisões 2013	20
Quadro 10 – Processos judiciais em curso	20
Quadro 11 – Contas bancárias.....	21
Quadro 12 – Ativo não corrente.....	21
Quadro 13 – Investimentos em curso	22
Quadro 14 – Propriedades de investimento	22
Quadro 15 – Financiamento obtido.....	23
Quadro 16 – Juros de financiamento pagos em 2013.....	24
Quadro 17 – Orçamento MEC <i>versus</i> Parque Escolar	25
Quadro 18 – Orçamento receita e despesa 2013	26

Índice de gráficos

Gráfico 1 – Evolução dos contratos 2007-2013	18
Gráfico 2 – Previsão da amortização do capital dos empréstimos CEB e BEI	24

Índice dos mapas de apoio ao Relatório

Mapa 1 – Amostra.....	30
Mapa 2 – Órgãos e principais competências	30
Mapa 3 – Escolas abrangidas pelo contrato programa.....	31
Mapa 4 – Detalhe da situação das intervenções em fase de “construção”	37
Mapa 5 – Certificação Legal de Contas 2013	38
Mapa 6 – Balanço 2013	39
Mapa 7 – Demonstração de Resultados 2013	40
Mapa 8 – Financiamento obtido.....	40



Relação de siglas e de abreviaturas

SIGLA	DESIGNAÇÃO
BEI	Banco Europeu de Investimento
BPI	Banco Português de Investimento
CA	Conselho de Administração
CEB	Banco de Desenvolvimento do Conselho da Europa
DEL N	Delegação Norte da Parque Escolar
DEL S	Delegação Sul da Parque Escolar
DGEstE	Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares
DGO	Direção Geral do Orçamento
DGTF	Direção-Geral do Tesouro e Finanças
F 0	Fases 0 do Programa de Modernização do Parque Escolar Destinado ao Ensino Secundário
F 1	Fases 1 do Programa de Modernização do Parque Escolar Destinado ao Ensino Secundário
F 2	Fases 2 do Programa de Modernização do Parque Escolar Destinado ao Ensino Secundário
F3	Fases 3 do Programa de Modernização do Parque Escolar Destinado ao Ensino Secundário
F4	Fases 4 do Programa de Modernização do Parque Escolar Destinado ao Ensino Secundário
FEDER	Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional
IGCP	Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública, EPE
IGF	Inspeção Geral de Finanças
LCPA	Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso
MC	Milhões de euros
MEC	Ministério da Educação e Ciência
MLP	Médio e longo prazo
PGRICIC	Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas
PMEES	Programa de Modernização do Parque Escolar Destinado ao Ensino Secundário
PNPOT	Programa Nacional de Política de Ordenamento do Território
POVT	Programa Operacional de Valorização do Território
QREN	Quadro de Referência Estratégico Nacional
RCM	Resolução do Conselho de Ministros
SCEP	Sistema Central de Encargos Plurianuais
SFA	Serviços e Fundos Autónomos
SIGO	Sistema de informação de gestão orçamental
SROC	Sociedade de Revisores Oficiais de Contas
TC	Tribunal de Contas



SUMÁRIO EXECUTIVO

Em cumprimento do Programa de Fiscalização da 2.^a Secção do Tribunal de Contas (TC) foi realizada uma auditoria à Parque Escolar E.P.E.¹, orientada ao Programa de Modernização do Parque Escolar Destinado ao Ensino Secundário (PMEES), com incidência no ano de 2013.

Este Relatório intercalar visa apresentar os resultados da ação em curso relativamente aos objetivos definidos para a auditoria, consubstanciado na **caraterização física e financeira do Programa** e do **nível de endividamento da Parque Escolar**, por forma a que as respetivas conclusões possam integrar o Parecer sobre a Conta Geral do Estado de 2013

No presente sumário executivo sintetizam-se as principais conclusões e observações da auditoria, bem como as inerentes recomendações, remetendo-se o seu desenvolvimento para os pontos subsequentes do presente relatório, no qual se referem os trabalhos realizados, metodologias utilizadas, apreciações efetuadas e conclusões extraídas.

PRINCIPAIS CONCLUSÕES DE AUDITORIA

- 2.1 *Breve caraterização* A Parque Escolar tem por objeto o planeamento, gestão, desenvolvimento e execução do programa de modernização da rede pública de escolas secundárias e outras afetas ao Ministério da Educação. A partir de 2012 foi considerada entidade pública reclassificada e, conseqüentemente, integrada no universo do Orçamento do Estado.
- 2.2 *Contratos Programa e Plano de Negócios* Foram celebrados dois contratos programa com o objetivo de regular a prestação de serviços pela Parque Escolar e fixar a correspondente Remuneração (e respetiva fórmula de cálculo), da responsabilidade do Estado, como contrapartida pelos serviços prestados pela Empresa. A Remuneração tem duas componentes, de investimento e de serviços de manutenção e conservação, sendo o valor anual a suportar pelo Estado estabelecido em Resolução do Conselho de Ministros (RCM), que autoriza a realização da despesa relativa à execução do PMEES. Para 2013 foi estabelecido o valor de 57,5M€ (sem IVA). De notar que as RCM não previram qualquer valor relativo ao segundo semestre de 2012. O contrato programa de 2009 e a sua revisão em 2012 foram visados pelo Tribunal de Contas².
- 2.3 *PMEES* O PMEES visa requalificar e modernizar os edifícios em que estão instaladas as escolas com ensino secundário, abrir a escola à comunidade e criar um sistema eficiente e eficaz de gestão dos edifícios, tendo enquadramento no QREN³. Inicialmente considerado para um universo de 332 escolas a requalificar, o PMEES passou a abranger 309 escolas por força da revisão do contrato programa de 2012, como se resume:

¹ Doravante designada por Parque Escolar ou Empresa.

² A revisão de 2012, após ser celebrado um aditamento.

³ Foi aprovado financiamento FEDER para a intervenção em 114 escolas, com uma taxa de cofinanciamento de 85%.

*Pina Cruz*

Estado do investimento/N.º escolas por Fase do PMEES	F0	F1	F2	F3	F4	TOTAL	
CONSTRUÇÃO			1	36		37	
NÃO INICIADO				5	94	99	
OPERAÇÃO	4	26	72	31		136	
PLENO FUNCIONAMENTO			1	2			
PROJETO		1	1	32		34	
Total	4	27	75	106	94	306	
<i>Edifícios não escolares que estão no Contrato Programa</i>		3				3	
Total infraestruturas escolares abrangidas pela revisão de 2012 do Contrato Programa		4	30	75	106	94	309

Fonte: Revisão de 2012 do Contrato Programa; Resposta da PE ao pedido inicial de auditoria (ponto 12 - Situação resumo completa); ofício do Gabinete do Ministro da Educação e Ciência de 30/08/2011 relativo à assunção de compromissos pela PE

Das escolas em construção a 31/12/2013, 9 encontravam-se em execução e 28 suspensas / interrompidas, das quais 14 por falta de financiamento e 14 por resolução/em vias de resolução dos contratos de empreitadas.

Considerando as 214 intervenções com execução financeira, à mesma data e para um orçamento global de 2.419,3M€, encontrava-se executado o valor de 2.139,5M€.

2.4 Demonstrações financeiras Em 2013 foram constituídas provisões de cerca de 68,2M€, decorrentes do aumento de processos judiciais em curso desde o final de 2012, correspondentes a 36 ações interpostas contra a Parque Escolar, no valor de 189,7M€. De salientar que 95% do valor da provisão diz respeito a processos em curso em tribunais arbitrais.

2.5 Ativo não corrente O ativo não corrente, no valor de 2.182M€, é constituído essencialmente por propriedades de investimento (84% - 136 escolas requalificadas e 9 edifícios de valorização patrimonial) e investimentos em curso (16%).

O incremento, em 2013, da conta propriedades de investimento resulta da transferência de investimentos em curso no valor de 194,9M€ (relativo essencialmente a escolas disponibilizadas nesse ano) e à conclusão do processo de aquisição de um edifício de valorização patrimonial.

2.6 Endividamento O passivo por financiamentos obtidos era de 1.140M€, relativo aos empréstimos que se indicam:

Unidade: Milhões de euros

Entidade Credora	Data Contrato	Valor negociado	Objetivo	Período	Taxa juro	Valor desembolsado	Garantia/Aval	Pagamento 2013 - juros	Comissão paga em 2013
FONTE:		<i>Análise documental</i>			<i>RC PE 20B</i>	<i>Mapa</i>		<i>Análise documental</i>	
Estado Português / DGTF	27/06/2012	90	Reembolso de operações financeiras	2012-2017 carência: 2 anos	fixa	90	-	3,61	-
BEI	22/5/2009	300	Financiamento do PMEES	2009-2029 carência: 5 anos	variável	300	Aval do Estado Português	2,43	0,31
BEI	27/5/2010	600		2010-2030 carência: 5 anos	fixa	600		16,97	0,60
CEB	06/07/2010	250		2010-2030 carência 6 anos	variável	150		4,54	0,15
Total empréstimos MLP		1.240				1.140		27,55	1,06

Por ainda decorrer o em período de carência, em 2013 apenas ocorreu o pagamento de 28,6M€ de juros e comissão.

Em 2013 a Empresa contraiu um empréstimo de curto prazo junto do Estado Português, representado pela DGTF, no valor de 11,86M€, para reforço de tesouraria, visando o pagamento dos juros do 2.º semestre do financiamento obtido junto do BEI e do CEB, o qual foi liquidado no ano.

2.7 Execução orçamental A receita, no valor de 213,5M€, teve origem em 71% no saldo do ano anterior e em 19% em fundos comunitários.

A respetiva execução foi de 58% em resultado:

- i. da reduzida execução das vendas de bens e serviços correntes, em virtude da primeira



revisão do contrato programa, realizada em 2012, apenas ter sido visada em 26/12/2013, pelo que, apesar da Parque Escolar ter procedido, no mesmo mês, à faturação da Remuneração, relativa a 2013, os correspondentes recebimentos apenas ocorreram em 2014; e

- ii. de não ter sido contraído o empréstimo (83M€) previsto para o investimento em requalificação de escolas do PMEES.

A despesa, no valor de 124,9M€, respeita em 50% a despesas com a requalificação das escolas, em 23% a encargos com juros dos financiamentos obtidos e em 14% a despesas com pessoal, aquisição de bens e serviços e impostos e taxas.

A taxa de execução da despesa foi de 41% e resulta da:

- iii. execução da requalificação de escolas ser de apenas 47% face ao valor previsto (o que reflete o abrandamento da execução das empreitadas e as medidas de contenção de custos tomadas nos anos mais recentes);
- iv. reduzida execução das aquisições de bens e serviços correntes (27%), rubrica em que se incluem as despesas com a conservação e manutenção, designadamente as relacionadas com as escolas intervencionadas cujos concursos para adjudicação dos serviços não se realizaram no ano de 2013, tendo-se procedido à adjudicação pontual de serviços que originaram pagamentos de 1,71M€;
- v. reduzida execução da rubrica de impostos e taxas (7%).

RECOMENDAÇÕES

Atentas as matérias tratadas e respetivas conclusões vertidas no presente relatório, recomenda-se o seguinte:

Aos Ministros de Estado e das Finanças e da Educação e Ciência:

1. Aprovar atempadamente os Relatórios de Gestão e as Contas da Parque Escolar;

Ao Conselho de Administração da Parque Escolar, EPE:

2. Elaborar um relatório específico e autónomo sobre a execução do Programa de Modernização com informação detalhada sobre a sua caracterização física e financeira e de cada uma das escolas objeto de intervenção, no que se refere, nomeadamente, a:
 - Grau de cumprimento dos prazos contratuais de execução das empreitadas;
 - Alterações aos custos globais das intervenções face aos montantes inicialmente previstos;
 - Número de empreitadas por intervenção / escola;
 - Indicação do valor contratual inicial das empreitadas e seu custo final;
 - Cronograma financeiro para amortização dos empréstimos bancários contraídos;
 - Indicação dos encargos financeiros totais pagos diretamente relacionados com o Programa.



1 INTRODUÇÃO

1.1 NATUREZA, ÂMBITO E OBJETIVOS

1. Em cumprimento do Programa de Fiscalização de 2014, foi realizada uma auditoria à Parque Escolar E.P.E., orientada ao Programa de Modernização do Parque Escolar Destinado ao Ensino Secundário (PMEES), com incidência no ano de 2013.
2. O presente Relatório intercalar visa apresentar os resultados da ação em curso relativamente aos objetivos definidos para a auditoria, consubstanciado na **caraterização física e financeira do Programa** e do **nível de endividamento da Parque Escolar**, por forma a que as respetivas conclusões possam integrar o Parecer sobre a Conta Geral do Estado de 2013.

1.2 METODOLOGIA E AMOSTRA

3. A metodologia utilizada seguiu as orientações, princípios, procedimentos e normas técnicas constantes do Manual de Auditoria e de Procedimentos do TC, sendo desenvolvida nas fases de planeamento, execução, avaliação dos resultados/relato e anteprojeto de relatório de auditoria.
4. Em conformidade com tais métodos e técnicas de auditoria, a verificação da documentação de suporte dos valores constantes dos documentos de prestação de contas e respetivos registos contabilísticos, designadamente quanto à execução orçamental do ano, foi feita por amostragem com recurso a métodos não estatísticos é representativa de 90% da receita e 48% da despesa (cfr. Mapa 1 do anexo 5.5).

1.3 CONTRADITÓRIO

5. No âmbito do exercício do direito do contraditório, consagrado nas normas previstas no art.º 13.º e n.º 3 do art.º 87.º da Lei n.º 98/97, de 26 de agosto⁴, foram instados os membros do Conselho de Administração (CA) da Parque Escolar, o anterior⁵ e o atual Ministro de Estado e das Finanças, e o Ministro da Educação e Ciência, no período de 01 de janeiro de 2013 até à presente data, para, querendo, se pronunciarem sobre os factos constantes do relato intercalar de auditoria.
6. Os membros do CA, em exercício de funções desde 23/05/2013⁶, exerceram o direito do contraditório de forma conjunta, tendo informado não terem “... *reparos relevantes a fazer sobre o conteúdo...*” do Relato, não obstante terem esclarecido alguns factos e elementos constantes do mesmo.

⁴ Republicada pela Lei n.º 48/2006, de 29 de agosto, e alterada pelas Leis n.ºs 35/2007, de 13 de agosto, 3-B/2010, de 28 de abril, 61/2011, de 7 de dezembro, e 2/2012, de 6 de janeiro.

⁵ O qual não se pronunciou.

⁶ Incluindo o atual Presidente da Empresa que foi também vogal do CA também no período de 01 de janeiro a 30 de abril de 2013.



7. Também o ex-Presidente e a ex-vogal da Empresa, em funções entre 01 de janeiro e 30 de abril de 2013, apresentaram alegações, de conteúdo idêntico, quanto à ausência de evidência de ter sido produzido um relatório específico sobre a execução do PMEES⁷.
8. Exerceu igualmente o direito do contraditório o Ministro da Educação e Ciência, que informou terem sido aprovadas, por ambas as tutelas, os Relatórios de Gestão e as Contas relativos aos anos de 2010, 2011 e 2012.
9. Pronunciou-se ainda a atual Ministra de Estado e das Finanças quanto ao endividamento da Parque Escolar resultante dos empréstimos contraídos (cfr. ponto 2.6), e acrescentando que a *“A Parque Escolar continua a tomar uma série de medidas no sentido de acautelar a sustentabilidade da empresa, nomeadamente quanto à*
 - i. *limitação do investimento do Programa de Modernização,*
 - ii. *reavaliação dos projetos e recalendarização das obras em curso,*
 - iii. *continuação da suspensão de projetos ainda não iniciados*
 - iv. *limitação do investimento em imóveis afetos à requalificação e modernização.**(...) perspetivando-se que (...) tendo já aprovado o Contrato Programa revisto, irá atingir, anualmente, os objetivos de realização e de concretização dos fluxos financeiros resultantes da remuneração contratada.”*
10. As alegações, nas partes consideradas relevantes, foram transcritas na íntegra ou apresentadas em síntese, e consideradas na elaboração dos respetivos pontos do relatório.

2 OBSERVAÇÕES DE AUDITORIA

2.1 BREVE CARATERIZAÇÃO DA PARQUE ESCOLAR

11. A Parque Escolar E.P.E. é uma pessoa coletiva de direito público de natureza empresarial, criada pelo DL n.º 41/2007, de 21 de fevereiro⁸, na sequência da aprovação do PMEES⁹, cujos estatutos foram aprovados por aquele diploma legal, sendo dotada de personalidade jurídica, autonomia administrativa, financeira e patrimonial (art.º 1.º dos Estatutos).
12. Rege-se pelo regime jurídico aplicável às entidades públicas empresariais com as especificidades previstas naquele diploma legal e nos seus Estatutos¹⁰, bem como no respetivo Regulamento Interno¹¹ (n.º 1 do art.º 3.º do DL n.º 41/2007). Nos termos do art.º 14.º e 15.º do DL n.º 133/2013, de 3 de outubro¹², rege-se pelo direito privado, estando sujeita às regras gerais de concorrência, nacionais e comunitárias.

⁷ Decorrente da recomendação formulada no Relatório de Auditoria do TC n.º 9/2012, de 22 de março.

⁸ Alterado e republicado pelo DL n.º 83/2009, de 2 de abril.

⁹ Através da RCM n.º 1/2007, de 3 de janeiro

¹⁰ Aprovados pelo DL n.º 41/2007, de 21 de fevereiro.

¹¹ Aprovado em sessão do CA, de 25 de setembro de 2008, e homologado por Despacho da Ministra da Educação, de 4 de dezembro do mesmo ano.

¹² Diploma que estabelece o regime jurídico do sector público empresarial, tendo revogado o DL n.º 558/99, de 17 de dezembro.



13. A Parque Escolar tem por objeto o planeamento, gestão, desenvolvimento e execução do programa de modernização da rede pública de escolas secundárias e de outras afetas ao Ministério da Educação e está "(...) sujeita à tutela e superintendência dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e da educação" (n.º 1 do art.1.º dos Estatutos).
14. A atividade da Parque Escolar assenta em três grandes áreas: o investimento na requalificação de escolas, a manutenção e conservação das escolas requalificadas e a gestão dos edifícios não escolares¹³ do Ministério da Educação e Ciência. Se numa fase inicial da vida da Empresa, o investimento era a área mais significativa e a que mais recursos consumia o fim deste ciclo levará a que a área de manutenção e conservação passe a ser a principal atividade da Parque Escolar.
15. A empresa tem observado o disposto no art.º 54.º do DL n.º 133/2013, que estabelece a obrigatoriedade das empresas públicas procederem à apresentação anual de relatórios de boas práticas de governo societário.
16. De acordo com o previsto no n.º 5 do artigo 2º da Lei de Enquadramento Orçamental (LEO)¹⁴ e das Instruções de suporte à integração das Entidades Públicas que tenham sido reclassificadas¹⁵ "*(...) consideram -se integrados no sector público administrativo, como serviços e fundos autónomos, nos respetivos subsectores da administração central, regional e local e da segurança social, as entidades que, independentemente da sua natureza e forma, tenham sido incluídas em cada subsector no âmbito do Sistema Europeu de Contas Nacionais e Regionais, nas últimas contas sectoriais publicadas pela autoridade estatística nacional, referentes ao ano anterior ao da apresentação do Orçamento.*"

Assim, as entidades públicas reclassificadas (EPR), são equiparadas a Serviços e Fundos Autónomos (SFA) sendo integradas no universo do Orçamento do Estado, no ministério da tutela sendo-lhes distribuídas as dotações orçamentais para 2012, da mesma forma que aos serviços e organismos que integram o Programa.

As EPR apresentam um orçamento nos mesmos moldes que os SFA, sendo-lhe aplicável os princípios previstos na Circular Série A n.º 1367 da Direção Geral do Orçamento (DGO)."
17. Com efeitos a 2012, a Parque Escolar foi incluída na lista das entidades públicas reclassificadas (EPR) publicada pelo INE, ficando desta forma sujeita ao regime orçamental dos serviços e fundos autónomos, o que implica a sujeição às regras do OE, designadamente quanto à prestação de informação, ao plano oficial de contabilidade pública (POCP), unidade de tesouraria, alterações orçamentais, cativações, lei dos compromissos, transição de saldos, regra do equilíbrio orçamental e cabimentação da despesa. Face à inclusão da Parque Escolar no perímetro de consolidação das Administrações Públicas, os empréstimos contraídos em 2009, 2010 e 2011, constantes do quadro 15, relevam para o cálculo da dívida e do défice, nos termos do direito da consolidação orçamental.

¹³ Edifício na Av. 24 de julho e na Av. Infante Santo; Edifícios das escolas de hotelaria e turismo de Lisboa e do Porto; Edifícios das ex direções regionais de educação de Lisboa, do Centro, do Algarve e do Alentejo. No caso do edifício da ex direção regional de educação do norte, o processo de aquisição não se concluiu pelo que a Parque Escolar arrendou o edifício à ESTAMO e subarrendou à ex DREN.

¹⁴ Lei n.º 91/2001, de 20 de agosto, alterada e republicada pela Lei n.º 48/2004, de 24 de agosto, pela Lei n.º 48/2010, de 19 de outubro, pela Lei n.º 52/2011, de 13 de outubro e pela Lei n.º 37/2013 de 14 de junho.

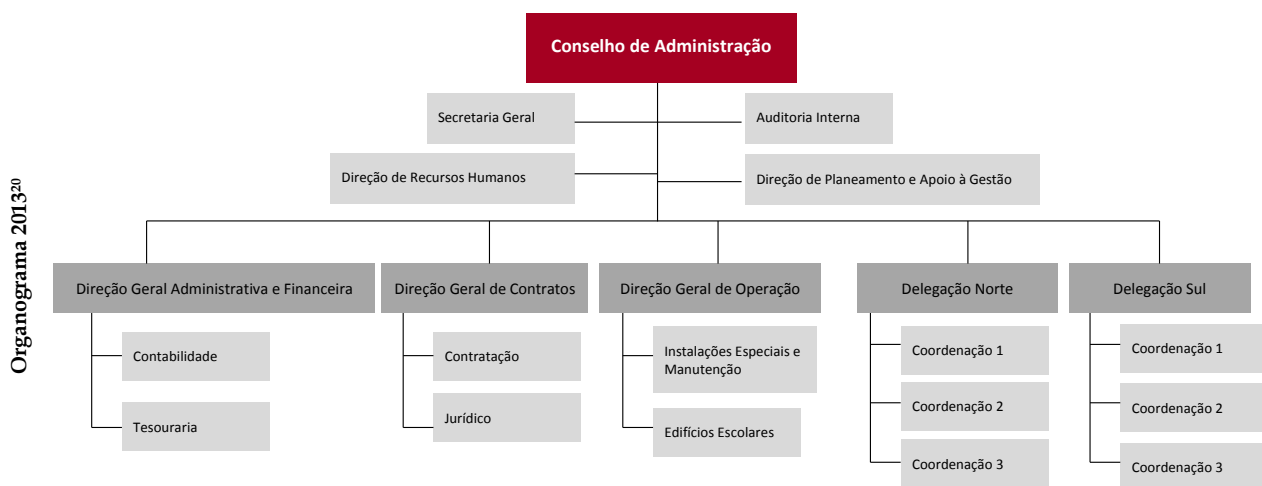
¹⁵ Divulgadas em agosto de 2011.



18. No entanto, o art.º 21.º do DL 32/2012, de 13 de fevereiro¹⁶ veio estabelecer um regime simplificado de controlo da execução orçamental destas entidades, excepcionando-as da aplicação das regras relativas a cabimentação da despesa, alterações orçamentais (com exceção do disposto nas alíneas g) e h) do n.º 2 do artigo 8.º), transição de saldos, cativações e regime duodecimal. As exceções previstas neste regime foram alargadas, em 2013, a fundos de maneiio, regra do equilíbrio¹⁷ e adoção do POCP, nos termos do art.º 20.º do DL n.º 36/2013, de 11 de março¹⁸.

Órgãos e estrutura interna

- 19. São órgãos da Parque Escolar o Conselho de Administração e o Fiscal Único (art. 6.º dos estatutos), cujas principais competências constam do Mapa 2 do anexo 5.5.
- 20. A organização interna¹⁹ da Parque Escolar, em 2013 e em 2014, é a que se apresenta nos organogramas seguintes:



¹⁶ Decreto-Lei de Execução Orçamental para 2012

¹⁷ Art.º 25.º da Lei de Enquadramento Orçamental

¹⁸ Decreto-Lei de Execução Orçamental para 2013

¹⁹ Na sequência da redução de atividade, a Empresa foi objeto de reestruturações, designadamente, em 2013 (junho e setembro) e 2014 (julho).

²⁰ Organograma disponibilizado pela Parque Escolar no âmbito do contraditório, com o mesmo nível de detalhe do organograma de 2014.



21. Em cumprimento do disposto no art.º 18.º do DL n.º 71/2007, de 27 de março²¹, foram celebrados, em 21 de agosto de 2013, entre os Ministros de Estado e das Finanças e da Educação e Ciência, e os três membros do CA da PE, atualmente em funções, os contratos de gestão que definem os termos e condições do exercício das suas funções, os quais produziram efeitos a 23 de maio do mesmo ano²².

Recursos humanos

22. A Parque Escolar contava, em 31 de dezembro de 2013, com 181 colaboradores, dos quais 61 efetivos, 113 contratados a termo certo e 7 com acordo de cedência de interesse público, como se resume no seguinte quadro:

Quadro 1 – Recursos humanos a 31/12/2013²³

Vínculo	12/31/2012	12/31/2013	Variação	Estrutura 2013
Contrato trabalho por tempo indeterminado	91	61	-32.9%	33.7%
Contrato trabalho a termo certo	144	113	-21.5%	62.4%
Acordo de cedência de interesse público	10	7	-29.8%	3.8%
Total	245	181	-26.1%	100.0%

Fonte: Relatório de Gestão Parque Escolar p56

23. De 2012 para 2013, o número de colaboradores decresceu em mais de 26%, em consequência da redução do investimento e consequente quebra na atividade da entidade (suspensão temporária de obras em fim de fase e suspensão das intervenções em 34 escolas decidida em agosto de 2011). Esta redução do número de trabalhadores correspondeu, em termos de execução orçamental, a uma redução das despesas com pessoal de 5,8%²⁴.

2.2 CONTRATOS-PROGRAMA E PLANO DE NEGÓCIOS

24. O art.º 3.º dos Estatutos da Parque Escolar determina que a atividade da Empresa é desenvolvida com base num programa plurianual, e nos termos e condições constantes de contrato a estabelecer com o Estado, tendo para o efeito, sido celebrados dois **contratos programa**, como se resume:

Quadro 2 – Contratos programa

Data celebração	Objeto	Vigência	N.º escolas	Visto do TC	Observações
29-09-2007 <i>Contrato programa</i>	Regulação das obrigações das partes na concretização do Programa de Modernização das Escolas destinadas ao Ensino Secundário, no triénio 2007-2009	Desde a data da assinatura 31/12/2009	166 escolas 4 FO (2007-2008); 26 F1 (2008/2009); 136 F2 (2009/2010 e 2010/2011) (anexo I)	Devolvido por ser entendimento do TC, a altura, que o mesmo não se enquadrava em nenhum dos tipos de contratos previstos no n.º 1 do art 46.º da LOPTC, estando, por essa razão, dispensado de fiscalização prévia.	Investimento previsto: 307M€ a realizar no triénio 2007-2009, sendo 154,2M€ de financiamento comunitário e 152,79M€ de financiamento nacional
14-10-2009 <i>Contrato programa</i>	Prestação de serviços de interesse público a cargo da Parque Escolar nos termos dos respetivos estatutos, fixando a correspondente Remuneração e a respetiva fórmula de cálculo	Desde a data da assinatura e por um período de 30 anos, retroagindo a 01/07/2009	166 escolas 4 FO - 28 F1 - 75 F2A - 106 F3 (anexo I)	15-11-2009	
06-12-2012 <i>Revisão do Contrato programa</i>	Primeira revisão do contrato programa (mantém o objeto do contrato programa anterior)	Desde a data da assinatura, retroagindo a 01/07/2012	166 escolas 4 FO - 30 F1 - 75 F2 - 106 F3 - 91 F4 + 3 F4B (anexo I)	26-12-2013	Na cláusula 4.ª, especificou-se que o contrato programa vigora até 31 de dezembro de 2037
18-12-2013 <i>Aditamento à revisão</i>	Aditamento à primeira revisão do contrato programa	A partir de 01/01/2013			Revoga a cláusula 24.ª (que fixava a Remuneração do 2.º semestre de 2012) e altera a cláusula 25.ª e os anexos referentes aos efeitos retroativos da revisão do contrato programa a 01/07/2012

Fonte: Quadro elaborado pela equipa com base nos contratos programa

²¹ Alterado e republicado pelo DL n.º 8/2012, de 18 de janeiro.

²² Nos termos da RCM n.º15/2013, publicada em DR, II Série, de 29 de maio, que determinou a produção de efeitos daquelas nomeações à mencionada data de 23 de maio.

²³ Na sequência do contraditório do CA da Parque Escolar foi retificado o número de contratos de trabalho por tempo indeterminado de 81 para 91.

²⁴ De 10.081.056€ em 2012 para 9.499.707€ em 2013.



Modelo de financiamento

- 25. As fontes de financiamento da Empresa previstas no contrato programa podem ser constituídas por: Remuneração, participações, dotações, subsídios, compensações financeiras e demais subvenções do Estado, fundos comunitários, produto de empréstimos obtidos e outras receitas próprias da sua atividade.
- 26. Nos termos da cláusula 7.^a do contrato programa, a Parque Escolar submeterá a apreciação dos membros do governo responsáveis pelas áreas das finanças e da educação, um Plano de Negócios, que integra o Plano Financeiro, que, após aprovação constituirá um anexo do contrato programa e que especifica, em termos anuais, a estrutura do financiamento.
- 27. A Remuneração global, da responsabilidade do Estado, corresponde à contrapartida da prestação de serviços objeto do contrato programa, acrescida de IVA, tem duas componentes: de Investimento; e de Serviços de Manutenção e Conservação, sendo paga à Parque Escolar pelas escolas²⁵ objeto de investimento e/ou prestação de serviços, mediante emissão de fatura pela Empresa.
- 28. A componente de Investimento²⁶, fixada para cada ano, corresponde à faturação, pela Parque Escolar, dos valores que a mesma suporta com o pagamento da amortização dos empréstimos contraídos para a requalificação das escolas e respetivos juros (cfr. ponto 2.6).
- 29. A componente dos Serviços de Manutenção e Conservação, fixada para um período de três anos, corresponde a 1,10€²⁷/m² /mês²⁸ da área bruta de construção de cada infraestrutura efetivamente disponibilizada à comunidade escolar.
- 30. O valor anual a suportar pelo Estado é fixado através de RCM que autoriza a realização da despesa relativa à execução do PMEES, como se resume no quadro seguinte:

Quadro 3 - Valores das RCM

RCM	Ano	Unidade: euro
		Valor sem IVA
76/2010, de 1 de outubro	2010	11.458.000
	2011	48.455.000
83/2012, de 8 de outubro	1.º semestre de 2012	34.011.820
	2013	57.459.107
70-A/2013, de 8 de novembro	2014	74.117.246
	2015	104.656.503

- 31. De notar que as RCM não preveem qualquer valor relativo ao 2.º semestre de 2012, pelo que a Parque Escolar não pôde faturar a Remuneração relativa à contrapartida da prestação dos serviços objeto do contrato programa relativa àquele período²⁹.

²⁵ Que deverá ser objeto de inscrição nos respetivos orçamentos.

²⁶ A Remuneração é fixada tendo por base (i) a data de entrada em operação das infraestruturas escolares intervencionadas; (ii) as respetivas áreas; (iii) o montante de juros de médio e longo prazo estimados para o ano (ótica do pagamento); (iv) a correção da estimativa apurada no ano anterior face aos juros efetivamente pagos naquele ano.

²⁷ Valor fixado no anexo IV da primeira revisão do contrato programa de 2012 (a vigorar para 2013, 2014 e 2015) e que representa uma redução face ao valor anteriormente estipulado (1,65€).

²⁸ O preço fixado inclui as seguintes componentes de custo: (i) manutenção; (ii) subcontratos; (iii) fiscais; (iv) saneamento; (v) seguros; e (vi) de gestão.

²⁹ O aditamento à revisão do contrato programa, celebrado em 18/12/2013, deixou de prever a Remuneração global relativa à componente de prestação de serviços de manutenção e conservação e à componente de investimento, correspondentes ao segundo semestre de 2012.

*Pina Cruz*

32. O Plano de Negócios de abril de 2013 visa resumir e identificar os principais pressupostos, de natureza operacional, financeira, fiscal e contabilística, utilizados pela Parque Escolar, no âmbito do PMEES, para efeitos do desenvolvimento do seu Modelo Financeiro³⁰, servindo como instrumento de base à sua operação de financiamento, bem como à contratação com o Estado Português por via do contrato programa, considerando que o programa de intervenções da Empresa abrange um conjunto de 211 escolas: 4 incluídas na fase 0, 26 na fase 1, 75 na fase 2 e as restantes 106 na fase 3.
33. No quadro seguinte resumem-se os valores contemplados neste documento quanto ao investimento em imóveis (2.951M€), em grande manutenção 230M€ e em estrutura 407m€, num total de 3.181M€:

Quadro 4 – Valores previstos no Plano de Negócios de abril de 2013

		2007-2012	2013	2014	2015	2016	2017-2037	TOTAL
		Informação histórica	Previsões					
	Obra, projeto e fiscalização	2.006.920.801	146.397.609	167.645.541	285.810.000	194.423.581	0	2.801.197.532
	F0	64.960.517	28.728	4.747.198	0	0	0	69.736.443
	F1	296.737.272	872.471	20.030.211	0	0	0	317.639.954
	F2	951.518.546	7.042.436	95.168.132	0	0	0	1.053.729.114
	F3	693.704.466	138.453.974	47.700.000	285.810.000	194.423.581	0	1.360.092.021
Investimento inicial	Equipamento mobiliário	71.149.926	9.969.752	0	0	0	0	81.119.678
	F0	3.474.542	0	0	0	0	0	3.474.542
	F1	14.580.483	63.032	0	0	0	0	14.643.515
	F2	47.115.440	950.549	0	0	0	0	48.065.989
	F3	5.979.461	8.956.171	0	0	0	0	14.935.632
	Equipamentos informáticos	33.602.078	0	0	0	0	0	33.602.078
	F0	1.573.847	0	0	0	0	0	1.573.847
	F1	8.678.017	0	0	0	0	0	8.678.017
	F2	19.445.505	0	0	0	0	0	19.445.505
	F3	3.904.709	0	0	0	0	0	3.904.709
	TOTAL - escolas	2.111.672.805	156.367.361	167.645.541	285.810.000	194.423.581	0	2.915.919.288
	Edifícios não escolares	31.693.564	3.170.608	0	0	0	0	34.864.172
	TOTAL	2.143.366.369	159.537.969	167.645.541	285.810.000	194.423.581	0	2.950.783.460
	Grande manutenção	0	0	0	1.813.148	0	228.565.194	230.378.342
	F0				1.813.148		7.252.590	9.065.738
	F1						33.034.555	33.034.555
	F2						82.190.871	82.190.871
	F3						106.087.178	106.087.178
	Investimento em estrutura	0	0	29.989	29.989	29.989	316.545	406.512
	TOTAL	2.143.366.369	159.537.969	167.675.530	287.653.137	194.453.570	228.881.739	3.181.568.314

Fonte: Plano de Negócios de abril de 2013

34. A estrutura do financiamento prevista no Plano de Negócios reconduz-se ao recebimento de subsídios ao investimento³¹, Remuneração do contrato programa e rendas de imóveis não escolares (de que a Parque Escolar é proprietária).

³⁰ O Modelo foi elaborado considerando um período de 30 anos, com início em março de 2007, sendo que a partir de 1 de janeiro de 2014, os saldos apurados resultam dos pressupostos assumidos no Modelo para os parâmetros em causa.

³¹ 1.766M€, entre 2007 e 2016, para completar o investimento das 211 escolas consideradas no Plano de Negócios, provenientes do Estado Português (OE, entre 2014 e 2016, no valor de 458M€, ao invés de financiamento bancário) e QREN (até 2014, no valor de 1.616M€).



2.3 PROGRAMA DE MODERNIZAÇÃO DO PARQUE ESCOLAR DESTINADO AO ENSINO SECUNDÁRIO

2.3.1 Enquadramento

35. O PMEES visa, no essencial, três objetivos:
- i. Requalificar e modernizar os edifícios em que estão instaladas as escolas com ensino secundário, potenciando uma cultura de aprendizagem, divulgação do conhecimento e aquisição de competências, através de intervenções que permitam:
 - Corrigir problemas construtivos existentes;
 - Melhorar condições de habitabilidade e de conforto ambiental, com particular ênfase na higrotérmica, acústica, qualidade do ar, segurança e acessibilidade;
 - Adequar espaços letivos e não letivos e modernizar os respetivos equipamentos;
 - Garantir flexibilidade e adaptabilidade dos espaços letivos e não letivos, de modo a maximizar a sua utilização e a minimizar investimentos no futuro;
 - Garantir a eficácia energética dos edifícios de modo a reduzir os custos de operação.
 - ii. Abrir a escola à comunidade, recentrando a escola nos meios urbanos em que se inserem, criando condições espaço-funcionais e de segurança, para que nos horários pós ou extraescolares, os edifícios possam ser utilizados pela comunidade no âmbito das atividades associadas à formação, à formação contínua (pós-laboral), aos eventos culturais e sociais, ao desporto e ao lazer;
 - iii. Criar um sistema eficiente e eficaz de gestão dos edifícios, garantindo, para além da operação de requalificação e modernização, três condições:
 - Resposta eficaz e eficiente às intervenções pontuais de reparação ou às intervenções programadas de conservação e manutenção;
 - Fomentar a correta utilização das instalações e dos equipamentos, formando, acompanhando e responsabilizando os utilizadores;
 - Garantir a plena utilização das instalações.
36. O Programa constitui-se assim como um fator de desenvolvimento do País e de consolidação do sistema urbano, de acordo com o modelo territorial proposto no Programa Nacional de Política de Ordenamento do Território, contribuindo quer para o aumento da sua atratividade quer para a redução das assimetrias regionais de desenvolvimento.
37. O PMEES enquadra-se nos objetivos do Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN), bem como no eixo prioritário XV - Infraestruturas e Equipamentos para a Valorização Territorial e o Desenvolvimento Urbano - do Programa Operacional Temático Valorização do Território (POVT). No âmbito do POVT, foi aprovado financiamento FEDER para a intervenção em 114 escolas secundárias do Programa de Modernização, localizadas nas regiões elegíveis do Norte, Centro e Alentejo, com uma taxa de cofinanciamento de 85%.



38. Nas prioridades estratégicas e compromissos de desenvolvimento estabelecidos no QREN, o investimento no setor da educação, em particular no que se refere à modernização do parque escolar, desempenha um papel fundamental na elevação do nível médio de qualificação escolar, cultural e profissional da população bem como da qualificação social e económica das cidades e do território.
39. Quanto ao POVT, o investimento na modernização do parque escolar intervém ao nível do desenvolvimento das redes nacionais de equipamentos urbanos e do reforço da procura de serviços específicos (objetivo 1) contribuindo para melhorar a resposta da rede pública de escolas com ensino secundário às várias procuras de forma eficaz e equitativa. No que se refere à dinamização de respostas inovadoras aos problemas e procuras urbanas (objetivo 2), vai concorrer para a eficiência e reutilização das infraestruturas e dos equipamentos escolares existentes em detrimento de construção nova.

2.3.2 Caracterização física

40. Aquando da sua criação, em março de 2007, a Parque Escolar tinha como objetivos, no âmbito do PMEES, a concretização da intervenção em 332 escolas até 2015, com um valor previsto de 307M€ para os investimentos a realizar entre 2007 e 2009, nas escolas identificadas no Anexo I do contrato programa celebrado em 29/09/2007³².
41. Posteriormente, e no âmbito da Iniciativa para o Investimento e Emprego foram redefinidos os objetivos para o Programa no que se refere, designadamente:
 - a) À antecipação do arranque das obras de 75 Escolas abrangidas pela fase 2;
 - b) Ao lançamento da fase 3 do Programa, com a seleção de 100 Escolas³³, início do trabalho com as Escolas na definição de objetivos da intervenção e projeto, garantindo o lançamento de concursos para obra no primeiro semestre de 2010.
42. No entanto, a partir do início de 2011, e por força da crise económico-financeira que atingiu o País, a PE recebeu orientações da tutela no sentido da redução da despesa³⁴, o que teve reflexos relevantes na execução da fase 3 do PMEES, através da implementação de um **plano de contenção de custos e investimento**, abrangendo 69 empreitadas, materializado na supressão de trabalhos inicialmente previstos, substituição dos materiais inicialmente aprovados por outros mais baratos, ou na simplificação de alguns trabalhos ao nível da sua execução técnica e que previa uma redução global de custos de 51,1M€³⁵.

³² Relativos à totalidade das escolas integradas nas Fase 0 e 1 e a parte das escolas da Fase 2.

³³ Cfr. Despacho Ministro da Educação e Ciência n.º 19088/2009, de 11 de agosto

³⁴ Reiteradas na sequência da assinatura do Memorando de Entendimento sobre as condicionalidades de política económica celebrado em Maio de 2011, entre o Governo Português, o Banco Central Europeu, a Comissão Europeia e o Fundo Monetário Internacional, em cujo ponto 1.16, se prevê a redução de "custos no Sector Empresarial do Estado (SEE), com o objetivo de poupar, pelo menos, 515 milhões de euros através das seguintes medidas: i. assegurar uma redução média permanente de, pelo menos, 15% dos custos operacionais; ii. restringir sistemas de Remuneração e de prestações acessórias (fringe benefits); iii. racionalizar os planos de investimento a médio prazo.

³⁵ Valor apurado pela equipa tendo em consideração as conclusões do plano de contenção de custos e investimento das páginas 6 (39,2M€) e 8 (7,5M€ + 4,3M€).



- 43. Ainda neste contexto de contenção da despesa, foi suspensa a adjudicação, em 2011³⁶, de 34 empreitadas da fase 3, cujos procedimentos pré-contratuais já haviam sido desencadeados, bem como a adjudicação de projetos de arquitetura referentes às 94 escolas da fase 4.
- 44. Em paralelo com estas medidas, foi decidida, também em 2011, a suspensão dos trabalhos de 23 empreitadas da fase 3³⁷, os quais se previa poderem ser retomados em 2013, o que não se verificou, uma vez que o levantamento da suspensão veio a ocorrer, apenas, em 6 de Maio de 2014.
- 45. Com a assinatura da revisão do contrato programa firmado entre a Parque Escolar e o Estado Português em 06/12/2012, foi modificado o número de intervenções a realizar, passando de 332 para 309 (cfr. Mapa 3 do anexo 5.5).
- 46. Em termos de execução física do PMEES, e com dados reportados a 31/12/2013, estavam em operação a totalidade das intervenções das fases 0 (4) e 1 (26)³⁸, 73 da fase 2 e 33 da fase 3, como se apresenta no seguinte quadro:

Quadro 5 - Estado do Investimento a 31/12/2013³⁹

Estado do investimento/N.º escolas por Fase do PMEES	F0	F1	F2	F3	F4	TOTAL
CONSTRUÇÃO			1	36		37
NÃO INICIADO				5	94	99
OPERAÇÃO	4	26	72	31		136
PLENO FUNCIONAMENTO			1	2		
PROJETO		1	1	32		34
Total	4	27	75	106	94	306
<i>Edifícios não escolares que estão no Contrato Programa</i>		3				3
Total infraestruturas escolares abrangidas pela revisão de 2012 do Contrato Programa	4	30	75	106	94	309

Fonte: Revisão de 2012 do Contrato Programa; Resposta da PE ao pedido inicial de auditoria (ponto 12 - Situação resumo completa); ofício do Gabinete do Ministro da Educação e Ciência de 30/08/2011 relativo à assunção de compromissos pela PE

- 47. Quanto à fase 2, verifica-se que com exceção da Escola António Arroio, em Lisboa, cujo processo construtivo vem sofrendo um atraso considerável, e da Escola Secundária de Fafe, em fase de projeto, as restantes 73 escolas nela inseridas, encontravam-se em operação⁴⁰.
- 48. Relativamente à fase 3, considerando os condicionalismos anteriormente descritos, a que se somaram as dificuldades financeiras das entidades adjudicatárias, evidenciadas na redução de meios técnicos e humanos afetos às empreitadas, apurou-se que àquela data de referência, estavam em operação 33 escolas, em construção 36 estabelecimentos, suspensas em fase de projeto 32 empreitadas, a que acrescem 5 intervenções não iniciadas.

³⁶ De acordo com o ofício do chefe de gabinete do Ministro da Educação e Ciência de 30 Agosto de 2011.

³⁷ Por Despacho do Ministro da Educação e Ciência de 21 de dezembro de 2011.

³⁸ A informação fornecida pela PE quanto ao ponto de situação do PMEES não considerou o Palácio Valadares (antiga escola Veiga Beirão) e as Escolas de Hotelaria e Turismo de Lisboa (antiga escola Machado de Castro) e do Porto, incluídas na fase 1 do programa, o que explica a diferença entre o número de escolas mencionadas no anexo ao contrato programa (309) e aquelas cuja análise é feita, neste ponto, de acordo com os dados facultados (306).

³⁹ As escolas consideradas em pleno funcionamento são escolas em operação mas cujos autos de disponibilização não se encontram formalmente concluídos (no caso da Escolas Júlio Dantas e Poeta António Aleixo (fase 3) porque falta a Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares (DGEstE) assinar; no caso da Escola Secundária de Santa Maria (Sintra) porque a própria escola ainda não assinou o auto).

⁴⁰ De acordo com a terminologia adotada pela PE, consideram-se em operação, as escolas que foram objeto de disponibilização à comunidade escolar, ou em que este processo tenha sido desencadeado.

*Pina Cruz*

49. Ainda à data de 31/12/2013, encontravam-se suspensas/interrompidas 28 intervenções (14 por falta de financiamento⁴¹, 4 por resolução dos contratos de empreitada e 10 cujos contratos se encontravam em vias de resolução⁴²) e 9 mantinham-se em curso, como se resume no seguinte quadro (cfr. Mapa 4 do anexo 5.5):

Quadro 6 - Situação das intervenções em fase de "construção"

Situação das intervenções suspensas	Delegação Norte	Delegação Sul	Total
Suspensas por falta de financiamento - Despacho do Ministro da Educação e Ciência de 21/12/2011	7	7	14
Resolução dos contratos de empreitada	0	4	4
Contratos de empreitada em vias de resolução	7	3	10
Total intervenções suspensas	14	14	28
Sem suspensão	1	8	9
Total intervenções em fase de "construção"	15	22	37

Fonte: Resposta da PE ao pedido inicial de auditoria (ponto 12 - Situação resumo completa); Ofício do Gabinete do Ministro da Educação e Ciência de 30/08/2011 relativo à assunção de compromissos pela PE

2.3.3 Caracterização financeira

50. De acordo com o mapa "Situação resumo completa" disponibilizado pela Parque Escolar, à execução física das intervenções do PMEES corresponde⁴³ um orçamento global de 2.419,25M€, do qual foi executado⁴⁴ 2.139,48M€, até 31/12/2013:

Quadro 7 - Síntese da execução financeira

Unidade: Milhões de euros

Estado	Fase	Delegação Norte			Delegação Sul			Total			
		Orçamento global	Executado	N.º escolas	Orçamento global	Executado	N.º escolas	Orçamento global	Executado	N.º escolas	
Construção	F2	0,00	0,00	0	28,43	24,01	1	28,43	24,01	1	37
	F3	245,99	119,56	15	301,13	184,93	21	547,12	304,49	36	
Não iniciado	F4	0,05	0,05	1	0,00	0,00	1	0,05	0,05	2	7
	F3	0,00	0,00	0	1,14	0,41	5	1,14	0,41	5	
Operação	F0	39,32	39,30	2	29,93	29,92	2	69,25	69,22	4	133
	F1	146,29	145,90	12	172,82	171,41	14	319,11	317,32	26	
	F2	569,17	566,48	39	408,59	405,40	33	977,76	971,88	72	
	F3	263,38	257,89	19	146,22	140,84	12	409,61	398,73	31	
Pleno funcionamento	F2	0,00	0,00	0	10,79	10,31	1	10,79	10,31	1	3
	F3	0,00	0,00	0	31,65	29,91	2	31,65	29,91	2	
Projeto	F2	0,72	0,51	1	0,00	0,00	0	0,72	0,51	1	34
	F3	11,93	5,64	15	10,95	6,45	17	22,89	12,09	32	
	F1	0,00	0,00	0	0,73	0,55	1	0,73	0,55	1	
Totais		1.276,86	1.135,34	104	1.142,39	1.004,14	110	2.419,25	2.139,48	214	214

Fonte: Mapa "Situação resumo completa" facultado pela Parque Escolar

51. Não foi obtida evidência de ter sido produzido um relatório específico sobre a execução do PMEES, de acordo com a recomendação formulada no Relatório de Auditoria do TC n.º 9/2012, de 22 de março, nos termos da qual a Parque Escolar deveria proceder à elaboração de "...um relatório específico e autónomo sobre a execução do Programa de Modernização com informação detalhada sobre cada uma das escolas objeto de intervenção, no que se refere, nomeadamente, a:
- Grau de cumprimento dos prazos contratuais de execução das empreitadas;
 - Alterações aos custos globais das intervenções face aos montantes inicialmente previstos;
 - Número de empreitadas por intervenção / escola;

⁴¹ Esta suspensão, que ocorrera em 2012, foi levantada em maio de 2014.

⁴² Em ambos os casos, em virtude do incumprimento por parte das entidades adjudicatárias

⁴³ Considerando 214 escolas que, mesmo que suspensas, apresentam valores orçamentados e executados.

⁴⁴ Corresponde a obra efetuada.



- d) Indicação do valor contratual inicial das empreitadas e seu custo final;
 - e) Cronograma financeiro para amortização dos empréstimos bancários contraídos;
 - f) Indicação dos encargos financeiros totais pagos diretamente relacionados com o Programa.
52. Deste modo, ficou inviabilizada a caracterização financeira do PMEES nas componentes de Investimento e de Serviços de Manutenção e Conservação e, ainda, dos custos de estrutura imputados ao mesmo.
53. No âmbito do contraditório, o ex-Presidente e a ex-vogal do CA da Parque Escolar esclarecem que transmitiram ao Tribunal um conjunto de informações sobre o seguimento dado às recomendações constantes do Relatório de Auditoria n.º 9/2012, referindo que *“Num contexto de implementação gradual, das (...) recomendações, e em paralelo com outras frentes de atuação também enquadradas pelo desígnio de regularização da situação, foi estabelecido um conjunto de prioridades (...)”*. Acrescentam, ainda, que *“...a não elaboração, em devido tempo, do referido relatório específico, conforme foi recomendado à Parque Escolar, não resultou, de forma alguma, de menor consideração (...) para com o Tribunal”*
54. De acordo com informações veiculadas ao TC⁴⁵, estão a ser desenvolvidas ferramentas informáticas que permitam agregar todos os dados relativos às intervenções nas escolas, de forma a obter informação fiável e actualizada, nos termos da recomendação citada.

55. Acresce, por último, que o número de contratos celebrados pela Parque Escolar no âmbito do PMEES, entre 2007 e 2013, é de 2731, como se demonstra no quadro 8:

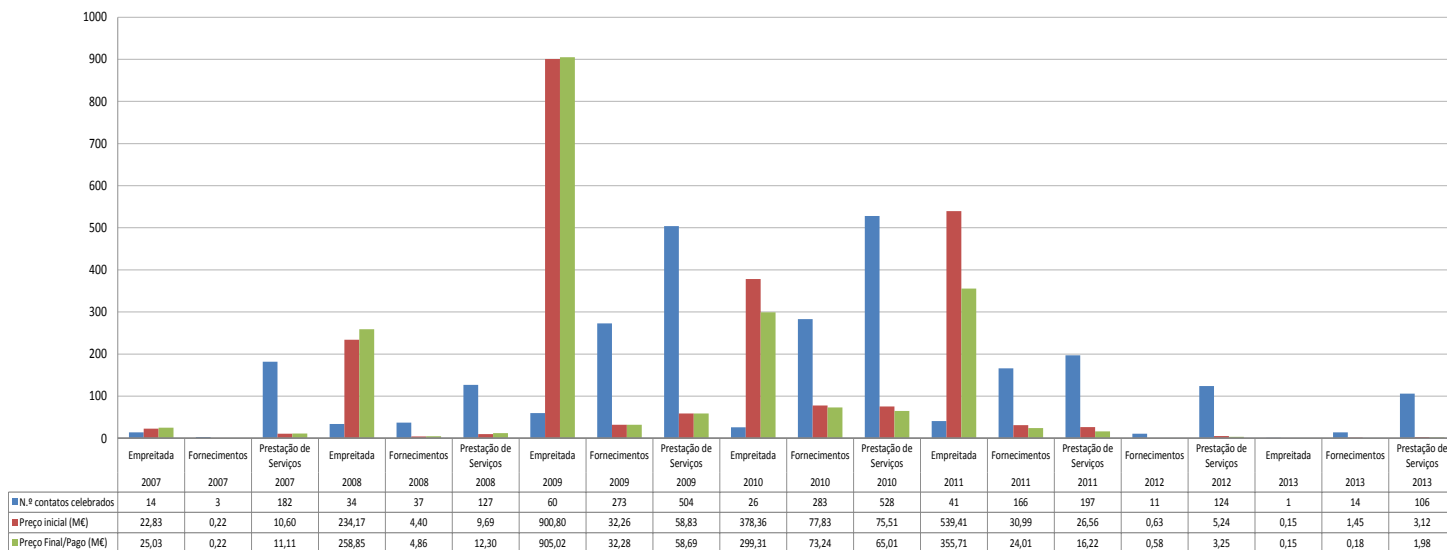
Quadro 8 – Contratos celebrados 2007-2013

Contratos celebrados	Até 2013	Em 2014	Total
PMEES - Fase 0 a 3	2731	47	2778
PE - Estrutura	250	16	266
	2981	63	3044

Fonte: Contratos celebrados 2007 a 30_06_2014

56. A estes contratos corresponde um valor contratualizado de 2.413,06M€ e pagamentos na ordem dos 2.147,97M€, verificando-se que os anos de 2009 a 2011 apresentam o maior número de contratos celebrados, sendo que os de maior expressão financeira são os de empreitada:

Gráfico 1 – Evolução dos contratos 2007-2013⁴⁶



⁴⁵ Em sede de acatamento de recomendações do relatório n.º 9/2012, de 22 de março, datada de 13/9/2012.
⁴⁶ Elaborado com base no ficheiro “RelaçãoContratosCelebrados2007a30_06_2014”, facultado pela Parque Escolar (ponto 38 da resposta ao anexo do ofício inicial da auditoria).



2.4 DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS / PRESTAÇÃO DE CONTAS

57. A Parque Escolar elabora instrumentos de gestão previsional e de prestação de contas (art.ºs 17º e 20º dos seus estatutos), submetendo os Relatórios de Gestão e as Contas anuais a aprovação conjunta dos Ministros de Estado e das Finanças e da Educação e Ciência. Estes documentos, relativos a 2010, 2011 e 2012 foram aprovados através de Despacho conjunto dos Ministros de Estado e das Finanças e da Educação e Ciência em 12 de maio de 2014 (2010 e 2011)⁴⁷ e 15 de setembro de 2014 (2012)⁴⁸.
58. O Relatório e Contas de 2013, já submetido pelo CA da Empresa, ainda não foi objeto de aprovação pelos Ministros de Estado e das Finanças e da Educação e Ciência.
59. A conta de 2013 da Parque Escolar foi certificada pela Empresa Colaço, Rosa, Carrilho & Associados, SROC, Lda, tendo sido emitida uma opinião com reservas relativas ao investimento, designadamente quanto a: avaliação das propriedades de investimento, Remuneração de investimento e manutenção relativos ao 2.º semestre de 2012, suspensão de intervenções e contratos em via de resolução (Mapa 5 do anexo 5.5).
60. Da análise do Balanço (Mapa 6 do anexo 5.5) conclui-se que:
- O **ativo** é de 2.395M€ (milhões de euros), tendo registado um aumento de 18,6M€ de 2012 para 2013, decorrente essencialmente do aumento em 9% das *Propriedades de investimento* que representam 76,4% do ativo, o que se justifica pelo maior número de intervenções concluídas no ano (14);
 - As **dívidas de terceiros** aumentaram significativamente de 0.7M€ para 62,6M€ (8614%), entre 2012 e 2013, em resultado da aplicação de penalizações por incumprimento de cláusulas contratuais relativas, maioritariamente, ao prazo de execução de empreitadas;
 - O **capital** manteve-se inalterado nos 91,3M€. A sua realização foi feita através de entradas em dinheiro de 1,4M€, aquando da criação da entidade, e entradas em espécie de 89,9M€, através de aumento do capital estatutário, ocorrido em 2008, em resultado da avaliação dos imóveis do domínio privado do Estado para si transferidos⁴⁹ (cfr. Anexo II do DL n.º 41/2007, de 21 de fevereiro).
 - O **resultado líquido do exercício**, que se mantém negativo desde a criação da Parque Escolar cifrou-se nos 16,2 M€, o que traduz um agravamento em 8% face ao ano anterior;
 - O **passivo** ascende a 1.554,5M€ (cerca de 11M€ superior ao ano anterior), sendo composto em 73% por financiamentos obtidos (1.102,8M€ a médio/longo prazo e 37M€ a curto prazo). As dívidas a fornecedores de investimento ascendem a 18M€, as Outras contas a pagar a 34,9M€ e os passivos por impostos diferidos, a 267,6M€;

⁴⁷ Despacho n.º 6560/2014 (DR, 2.ª série, n.º 96, de 20 de maio).

⁴⁸ Comunicado à Parque Escolar em 07/11/2014, de acordo com informação prestada no âmbito do contraditório pelo CA da Empresa. Informação de conteúdo idêntico foi transmitida pelo Chefe de Gabinete do MEC.

⁴⁹ O valor atribuído aos bens resultou da média aritmética simples dos valores obtidos nas duas avaliações efetuadas, tendo sido, posteriormente, deduzido o valor do investimento realizado já no âmbito do Programa de Modernização.



- f) Em 2013 foram constituídas, pela primeira vez, provisões para processos judiciais em curso, no valor de 68,2M€, na sequência do significativo aumento dos processos de contencioso, muitos dos quais resultantes da impugnação pelos empreiteiros, de atos de aplicação de multas por incumprimento dos prazos de execução das empreitadas;
- g) Foram reforçadas as provisões relativas ao pagamento de juros de mora, pela Parque Escolar, no valor de 0,43M€;

61. Da Demonstração de Resultados (Mapa 7 do anexo 5.5) é de realçar o seguinte:

- a) Os ganhos operacionais ascenderam a 157M€, dos quais 53,2M€ resultam de serviços prestados (contrato programa - manutenção e investimentos- e rendas de valorização do património) e 101M€ são relativos a imputação de subsídios para investimentos (32M€)⁵⁰ e de rendimentos suplementares (69M€) provenientes da aplicação de multas aos empreiteiros pelo atraso na execução das obras;
- b) As perdas operacionais ascendem a 86M€, dos quais cerca de 69M€ relativos à criação de provisões essencialmente para fazer face a eventuais perdas nos processos de contencioso;
- c) O resultado operacional é positivo em 13M€, já deduzido das depreciações que ascendem a cerca de 58M€;
- d) O resultado líquido do exercício é negativo em 16,2M€, em consequência dos resultados financeiros que ascenderam a mais de 29 M€ negativos.

62. A **constituição de provisões**, num valor aproximado de 68,6M€, está relacionada com o aumento do número de processos judiciais em curso e da faturação de juros de mora, pelos fornecedores, nas situações de atrasos no pagamento das faturas, em ambas as situações essencialmente a partir de 2012, como se resume:

Quadro 9 - Provisões 2013

Conta	Designação/natureza	Valor
673	Processos judiciais em curso	68.266.355,49 €
678	Outras provisões - Juros mora	433.534,52 €
763	Reversão de provisões - Juros	-35.652,74 €
Total provisões exercício		68.664.237,27 €

63. As provisões para processos judiciais em curso, constituídas pela primeira vez em junho de 2013, correspondem a 36 processos, 61% dos quais correm termos em tribunais arbitrais e 36% em tribunais comuns. O valor das ações interpostas ascende a 189,7M€, dos quais 86% em tribunais arbitrais e 14% em tribunais comuns e as provisões correspondentes são relativas em 95% a processos que correm em tribunais arbitrais, como se resume no seguinte mapa:

Quadro 10 - Processos judiciais em curso

Unidade: euro

Situação	N.º processos				Valor da ação				Provisão			
	2012	2013	Total	%	2012	2013	Total	%	2012	2013	Total	%
Tribunal Arbitral	6	16	22	61%	25.439.352,05	137.207.634,18	162.646.986,23	86%	16.644.417,90	48.034.572,22	64.678.990,11	95%
Tribunal Comum	3	10	13	36%	1.184.552,06	25.888.011,73	27.072.563,79	14%	5.675,78	3.578.247,11	3.583.922,89	5%
Contraordenações	0	1	1	3%	0,00	9.180,00	9.180,00	0%	0,00	3.442,50	3.442,50	0%
Totais	9	27	36	100%	26.623.904,11	163.104.825,91	189.728.730,02	100%	16.650.093,67	51.616.261,83	68.266.355,50	100%

Fonte: Quadro elaborado pela equipa com base no mapa de cálculo das provisões reportado a 31/12/2013

⁵⁰ Reconhecimento anual, numa base pro-rata, da depreciação dos ativos associados aos subsídios registados no capital próprio



64. A 31/12/2013 a Parque Escolar apresentava um saldo de **Caixa e depósitos bancários** de 85,41M€. Este saldo diz respeito apenas a depósitos bancários, dos quais 99,9% no IGCP, em cumprimento do princípio da unidade de tesouraria, sendo mantida uma conta bancária no BPI essencialmente para o pagamento de portagens e de contribuições para a Segurança Social⁵¹. No quadro seguinte resume-se a composição dos depósitos bancários da Empresa:

Quadro 11 - Contas bancárias

Unidade: Euro

Banco	Sigla	N.º contas	Saldo bancário	Saldo contabilístico	Diferença	Reconciliação bancária
Banco Português Investimento	BPI	1	80.509,48	80.199,48	310,00	-310,00
Caixa Geral de Depósitos	CGD	1	0,00	0,00	0,00	
Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública	IGCP	3	85.334.080,99	85.329.669,40	4.411,59	-4.411,59
Total		5	85.414.590,47	85.409.868,88	4.721,59	-4.721,59

Fonte: Quadro elaborado pela equipa com base no Relatório e Contas de 2013 e nos documentos facultados pela Parque Escolar (resposta aos pontos 30, 31 e 32 do anexo do ofício inicial de auditoria)

65. A Parque Escolar tem ainda uma conta caução junto no IGCP, no valor de 3,15M€, relativa à constituição de um Fundo de Reserva do contrato programa, que no ano de 2013 foi reclassificado contabilisticamente da conta de Caixa e depósitos bancários (ativo corrente) para a conta Outros ativos financeiros (investimentos financeiros - ativo não corrente).

2.5 ATIVO NÃO CORRENTE

66. O ativo não corrente da Parque Escolar ascendia, em 31/12/2013, a cerca de 2.182M€, constituído em 84% por propriedades de investimento (escolas requalificadas no âmbito do PMEES e edifícios não escolares) e em 16% por investimentos em curso, como se indica:

Quadro 12 - Ativo não corrente

Designação	2013 milhares de euros	%	Observações
Ativos fixos tangíveis	443	0,0%	Edifícios, equipamento básico, equipamento administrativo e outros
Propriedades de investimento	1.831.002	83,9%	Escolas concluídas que integram o PMEES e edifícios não escolares com o objetivo de valorização patrimonial
Investimentos em curso	347.305	15,9%	Escolas do PMEES e os edifícios não escolares ainda em processo de requalificação. À medida que as obras vão terminando e as escolas são disponibilizadas à comunidade ou os edifícios entram em funcionamento, os valores registados são transferidos desta conta para propriedades de investimento
Ativos intangíveis	21	0,0%	Programas de computador
Outros ativos financeiros	3.148	0,1%	Depósito bancário do montante diferido da remuneração de manutenção na parte que respeita à Grande Manutenção e Manutenção Funcional nos anos de 2010 e 1.º semestre de 2011 cfr. deliberação CA em 04/05/2011. Estava contabilizado como depósito bancário, mas como se destina exclusivamente a despesas de grande manutenção e manutenção funcional, optaram por reclassificar contabilisticamente para ativos financeiros
TOTAL	2.181.919	100%	

Fonte: Relatório e Contas 2013

67. Em 2013, foram transferidos de investimentos em curso para propriedades de investimento cerca de 194,9M€, correspondentes essencialmente a 14 escolas da fase 3 do PMEES, concluídas e disponibilizadas nesse ano ou no final de 2012⁵², como se resume no seguinte quadro:

⁵¹ Informação prestada pelo CA da Parque Escolar em sede de contraditório.

⁵² Este valor inclui 86m€ de transferências relacionadas com edifícios de valorização patrimonial



Quadro 13 - Investimentos em curso

Unidade: milhares de euros

Descrição	31 dez 2012	Adições 2013	Aumentos 2013	Transferências 2013	31 dez 2013
Autos medição e faturas em conferência	4.959,74	1.251,93	0,00	0,00	6.211,67
PMEES	473.681,93	62.227,67	0,00	-194.819,92	341.089,68
Fase 0	0,00	50,89	0,00	-50,92	-0,02
Fase 1	0,00	1.685,74	0,00	-1.685,96	-0,22
Fase 2	23.932,91	2.691,66	0,00	-2.619,51	24.005,06
Fase 3	448.849,60	57.799,84	0,00	-190.463,53	316.185,91
Outras	649,68	2,07	0,00	0,00	651,75
Armazém geral	249,75	-2,54	0,00	0,00	247,21
Valorização Patrimonial	11.562,48	-1.105,16	-10.371,45	-85,99	-0,12
Total Geral	490.204,15	62.374,44	-10.371,45	-194.905,90	347.301,23

Fonte: Ficheiro disponibilizado pela Parque Escolar - "Detalhe investimento em curso"

68. Dos investimentos que, no final de 2013, se encontravam em curso, salientam-se, por serem escolas da fase 2, a Escola Secundária António Arroio (23.427m€ - escola em construção) e Escola Secundária de Fafe (577m€ - escola em projeto). Os registos relativos à fase 3 referem-se a 73 escolas e inclui as escolas em fase de projeto, em construção efetiva e aquelas cujas obras foram suspensas.
69. O saldo da conta **propriedades de investimento** inclui, assim, 136 escolas já em operação, no valor de 1.721M€⁵³ e 9 edifícios de valorização patrimonial⁵⁴, no valor de 109,6M€, como se indica:

Quadro 14 - Propriedades de investimento

Unidade: milhares de euros

Descrição	Propriedades de investimento 31/12/2013	N.º escolas / edifícios	Depreciações acumuladas 2013	Propriedades de Investimento - valor líquido
PMEES	1.721.445,51	136		
Fase 0	89.050,30	4		
Fase 1	323.928,81	26	187.437,70	1.908.883,21
Fase 2	896.497,74	73		
Fase 3	411.968,67	33		
Valorização Patrimonial	109.553,86	9	2.624,84	112.178,70
Total Geral	1.830.999,37	-	190.062,54	2.021.061,91

Fonte: Ficheiro disponibilizado pela Parque Escolar - "Detalhe propriedades de investimento"

70. Em 2013 esta conta teve um incremento de 209M€, resultante da conclusão do processo de aquisição do edifício da Av. Infante Santo, à ESTAMO, Participações imobiliárias SA, (14,3M€) e da mencionada transferência de investimentos em curso (194,9M€).
71. Nos termos do n.º 2 do art.º 4.º conjugado com a al. a) do n.º 1 do art.º 5.º dos Estatutos, o capital estatutário a 31/12/2013, inclui 7 escolas⁵⁵ transferidas aquando da sua criação e cuja contabilização ocorreu em 2008 (cfr. parágrafo 60).

⁵³ Inclui o valor dos terrenos e das obras de requalificação.

⁵⁴ Escola de Hotelaria e Turismo de Lisboa; Escola de Hotelaria e Turismo do Porto; Palácio Valadares; Edifício Av. 24 de julho; Edifício Av. Infante Santo; Edifício Direção Regional Educação Centro; Edifício Direção Regional Educação Lisboa; Edifício Direção Regional Educação Algarve; Edifício Direção Regional Educação Alentejo

⁵⁵ Fase 0: Escola Secundária D. Dinis, Escola Secundária D. João D Castro, Escola Secundária Oliveira Martins (Escola Artística Soares dos Reis) e Escola Secundária Rodrigues de Freitas; Fase 1: Escola Secundária Pedro Nunes e Escola Secundária Passos Manuel; Edifício de valorização patrimonial: Escola Secundária Machado de Castro (atual Escola de Hotelaria e Turismo de Lisboa).

*Rina Cruz*

72. Posteriormente, ao abrigo do n.º 3 do art.º 4.º, conjugado com a al. b) do art.º 5.º dos Estatutos, foram transferidas 99 escolas do domínio privado do Estado para o património próprio da Parque Escolar, por contrapartida do aumento do capital estatutário⁵⁶, através dos despachos conjuntos que se indicam e que constituem título bastante, para todos os efeitos legais, incluindo os relacionados com os atos de registo predial e inscrição/atualização matricial:
- Despacho conjunto de 02/12/2010⁵⁷ - transfere 24 escolas da fase 1 (incluídas no despacho 19088/2009, de 11 de agosto);
 - Despacho conjunto n.º 14546/2013, de 5 de novembro - transfere 75 imóveis (dois incluídos no despacho 19088/2009 (fase 1) e 73 incluídos no anexo 1 do Despacho n.º 5395/2009, de 6 de fevereiro (fase 2).

2.6 ENDIVIDAMENTO

73. A 31/12/ 2013 a Parque Escolar apresenta nas suas contas um passivo, no valor de 1.140M€, relativo a financiamentos obtidos⁵⁸, como se indica (Mapa 8 do anexo 5.5):

Quadro 15 - Financiamento obtido

Entidade Credora	Data Contrato	Valor negociado	Tipo	Objetivo	Período	Taxa juro	Valor efetivo do empréstimo (desembolsos)		
FONTE:		<i>Análise documental</i>			<i>Relatório e Contas PE 2013 Pág. 91 e Mapa acompanhamento empréstimos da PE</i>				
ESTADO PORTUGUÊS representado pela DGTf	27/06/2012	90.000.000 €	MLP	Reembolso de operações financeiras (empréstimos banca comercial) com vencimento durante o ano de 2012	2012-2017 carência: 2 anos	fixa 2,78%	27-06-2012 90.000.000 €		
BEI	22/5/2009	300.000.000 €	MLP	Financiamento do PMEES (avaliado pelo BEI em 2.187.000.000€)	2009-2029 carência: 5 anos	variável	Eur 6M + 0,403%	15-06-2009	130.000.000 €
						variável	Eur 6M + 0,452%	04-03-2010	100.000.000 €
						variável	Eur 6M + 0,358%	30-05-2010	70.000.000 €
BEI	27/5/2010	600.000.000 €	MLP	Financiamento do PMEES (avaliado pelo BEI em 2.971.700.000€)	2010-2030 carência: 5 anos	fixa	2,036%	31-08-2010	100.000.000 €
						fixa	1,894%	15-09-2010	150.000.000 €
						fixa	3,727%	17-03-2011	300.000.000 €
						variável	Eur 6M + 1,413%	07-03-2012	50.000.000 €
CEB	06/07/2010	250.000.000 €	MLP	Financiamento do PMEES - fases 2A e 2B (166 escolas - 1.986M€ investimento)	2010-2030 carência 6 anos	variável fixa	Eur 6M + 0,49% 4,10%	15-10-2010 22-06-2011	50.000.000 € 100.000.000 €
TOTAL		1.240.000.000 €							1.140.000.000 €

74. Os empréstimos, contraídos junto do BEI e do CEB, em 2009 e 2010⁵⁹ visavam o financiamento do PMEES, designadamente o investimento na requalificação das escolas, e os respetivos desembolsos ocorreram, em tranches, entre 2009 e 2012. A Parque Escolar tem vindo a pagar juros semestrais e a respetiva comissão, sendo que a amortização de capital teve início em abril de 2014 (empréstimo BEI de 300M€)⁶⁰.

⁵⁶ Contudo, este aumento do capital não se encontrava ainda contabilizado a 31/12/2013.

⁵⁷ Despacho não publicado em DR, mas com esta data mencionado no Despacho conjunto n.º 14546/2013, de 5 de novembro.

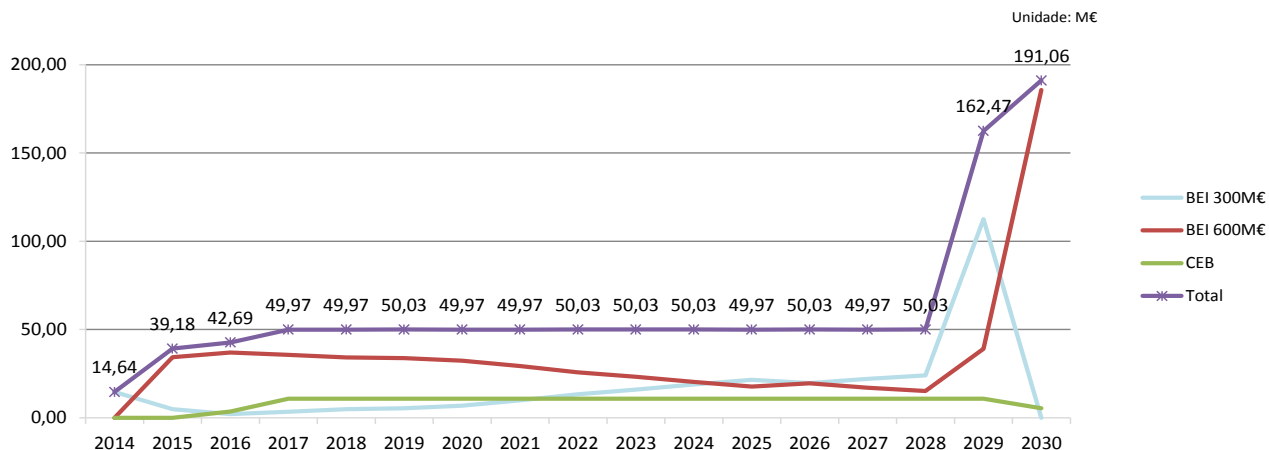
⁵⁸ Respetivamente 1.102,860M€ não corrente e 37,140M€ corrente (a ser liquidado durante o ano de 2014).

⁵⁹ Sendo de referir que, no âmbito do financiamento CEB, para além dos valores já desembolsados, está ainda disponível uma tranche de 100M€ (até 30/06/2015), nos termos da adenda celebrada em 28/04/2014).

⁶⁰ Em 2015 terá início a amortização do outro empréstimo do BEI (600M€) e em 2016 a amortização do empréstimo CEB.

75. No gráfico seguinte, com a previsão da amortização dos empréstimos até 2030, evidencia-se o esforço financeiro anual sendo de referir que, não obstante entre 2017 e 2028 as prestações se manterem estáveis, nos anos de 2029 e 2030 prevê-se um exponencial aumento dos encargos.

Gráfico 2 - Previsão da amortização do capital dos empréstimos CEB e BEI



76. Note-se que, nos termos do modelo de financiamento previsto no contrato programa, estes encargos e os correspondentes juros serão suportados pelo Orçamento do Estado afeto ao MEC, através dos orçamentos das escolas, uma vez que os pagamentos efetuados pela Parque Escolar (amortização de capital e juros), serão faturados às escolas, proporcionalmente ao número de metros quadrados disponibilizados à comunidade escolar.

77. Quanto ao empréstimo contraído junto do Estado Português, através da DGTF, em 2012, no valor de 90M€, o mesmo visou a liquidação de diversos empréstimos que a Parque Escolar mantinha junto da banca comercial. O pagamento de juros teve início em 2013 e a primeira amortização de capital, no valor de 11,25M€, deveria ter ocorrido em abril de 2014, o que não se verificou. A liquidação deste empréstimo não está contemplada diretamente no modelo de financiamento previsto no contrato programa.

78. O total de juros e comissão suportados com os empréstimos foi de 28,63M€, dos quais 1,06M€ de comissão dos empréstimos BEI e CEB⁶¹ e 27,55M€ referentes aos financiamentos não correntes como se apresenta no seguinte quadro:

Quadro 16 - Juros de financiamento pagos em 2013

Unidade: euro

Entidade Credora	Pagamentos			Descrição
	1.º semestre	2.º semestre	Total	
BEI	9.798.000,00	9.599.002,78	19.397.002,78	
CEB	2.280.016,67	2.259.162,50	4.539.179,17	Juros MLP
Estado Português/DGTF	2.342.150,00	1.271.850,00	3.614.000,00	
Total juros MLP	14.420.166,67	13.130.015,28	27.550.181,95	
BEI + CEB	1.056.388,89		1.056.388,89	Comissão
Estado Português/DGTF	0,00	28.816,00	28.816,00	Juros de curto prazo
TOTAL			28.635.386,84	

Fonte: Quadro elaborado pela equipa com base na análise documental da execução orçamental

⁶¹ A comissão, tal como os juros, é paga duas vezes por ano. Em 2013 só ocorreu o pagamento de abril, tendo o valor a liquidar em outubro sido pago em janeiro de 2014.



79. Em outubro de 2013 a Empresa contraiu ainda um empréstimo de curto prazo junto do Estado Português, através da DGTF, no valor de 11,86M€, para reforço de tesouraria, visando o pagamento dos juros do 2.º semestre do financiamento obtido junto do BEI e do CEB. Este empréstimo foi liquidado em dezembro.
80. Em sede de contraditório, o CA acrescenta que “...a Parque Escolar não tinha fonte de financiamento para a realização dessa despesa, porquanto a 1.ª revisão do Contrato Programa de 2009 se encontrar, ao tempo, pendente da obtenção do visto do Tribunal e Contas”.
81. No mesmo sentido informa a atual Ministra de Estado e das Finanças, acrescentando que a Parque Escolar se encontrava, assim, impossibilitada de “(...) faturar a remuneração do Contrato Programa”. Salienta ainda que “No período em análise não se verificaram variações significativas ao nível do endividamento, tendo sido cumprido o Despacho n.º 155/2011-MEF (...)” e que o passivo por financiamentos obtidos se manteve, tendo-se registado, quanto aos encargos financeiros, “(...) uma redução de 7,7M€ decorrente (...) da evolução positiva da taxa média de custo do financiamento”.
82. As alegações proferidas contribuem para o enquadramento dos factos descritos mas não alteram as observações de auditoria formuladas.

2.7 EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

2.7.1 No âmbito do MEC

83. No seguinte mapa apresenta-se um resumo dos valores orçamentais do Ministério da Educação e Ciência (MEC) e a sua comparação com a Parque Escolar referentes a 2013:

Quadro 17 – Orçamento MEC versus Parque Escolar

Unidade: Milhões de euros

Designação	RECEITA			DESPESA		
	Orçamento inicial	Orçamento corrigido	Orçamento executado	Orçamento inicial	Orçamento corrigido	Orçamento executado
<i>Serviços Integrados do MEC</i>	7.050,96	7.619,79	7.370,08	7.050,96	7.619,79	7.370,08
<i>Serviços e Fundos Autónomos do MEC (incluindo Parque Escolar)</i>	2.434,95	3.136,62	2.825,81	2.434,12	2.978,41	2.332,70
Total MEC	9.485,91	10.756,41	10.195,89	9.485,08	10.598,21	9.702,78
Parque Escolar	295,93	366,02	213,50	295,93	307,79	124,91
% PE face ao MEC	3,12%	3,40%	2,09%	3,12%	2,90%	1,29%
% PE face aos SFA	12,15%	11,67%	7,56%	12,16%	10,33%	5,35%

Fonte: Mapas de desenvolvimento orçamental e Conta Geral do Estado (site Direção-Geral do Orçamento)

84. Se atendermos aos valores globais do Ministério, a Parque Escolar representa, quanto a receita e despesa executada, 2,09% e 1,29%, respetivamente. A representatividade da Empresa era maior em termos de orçamento inicial (3,12%) e corrigido (3,4% e 2,9%) mas diminuiu em resultado da sua execução orçamental ter sido reduzida (vide ponto seguinte).

*Rina Cruz*

85. A nível dos serviços e fundos autónomos (SFA)⁶², onde se insere em termos orçamentais a Parque Escolar, representa 7,56% e 5,35% da receita cobrada e da despesa realizada, respetivamente. Em termos médios cada SFA gastou 22,87M€, verificando-se assim que a Empresa se situa muito acima da média calculada, sendo o quarto SFA que maior volume de despesa executou no ano em apreço⁶³.
86. Se pretendermos uma comparação a nível da atividade desenvolvida pela Parque Escolar e dos seus beneficiários (escolas), dever-se-ia considerar a execução orçamental dos estabelecimentos de ensino, inseridos no mapa anterior nos Serviços Integrados (SI) e que representam em termos de despesa realizada 5.105M€. Neste cenário, a Parque Escolar representaria 2,39% da despesa⁶⁴.

2.7.2 Da Parque Escolar

87. Tratando-se de uma Entidade Pública Reclassificada, a Parque Escolar integra o subsetor do Serviços e Fundos Autónomos e, conseqüentemente, elabora e reporta mensalmente os seus mapas de controlo orçamental. Em 2013, a receita da Parque Escolar ascendeu a 213,5M€ e a despesa a 124,9M€, como se apresenta no seguinte quadro:

Quadro 18 – Orçamento receita e despesa 2013

Unidade: euros

Designação	Orçamento inicial	Orçamento corrigido	Orçamento executado	Estrutura	Taxa de execução face orçamento corrigido
RECEITA					
07.02.99 Venda de bens e serviços correntes <i>Serviços - outros</i>	70.848.910	70.848.910	1.331.628	1%	2%
07.03.02 Venda de bens e serviços correntes <i>Rendas - edifícios</i>	7.537.242	8.956.334	8.956.334	4%	100%
12.05.03 Passivos financeiros <i>Empréstimos - DGTF</i>	0	11.858.166	11.858.166	6%	100%
Total funcionamento	78.386.152	91.663.410	22.146.128	10%	24%
06.09.01 Transferências correntes <i>UE-Instituições</i>	134.546.392	40.741.885	40.741.885	19%	100%
12.06.11 Passivos financeiros <i>Empréstimos-UE</i>	83.000.000	83.000.000	0	0%	0%
16.01.01 Saldo na posse do serviço <i>-</i>	0	150.610.533	150.610.533	71%	100%
Total investimento	217.546.392	274.352.418	191.352.418	90%	70%
TOTAL RECEITA	295.932.544	366.015.828	213.498.546	100%	58%
DESPESA					
01.00.00 Despesas com pessoal	9.350.480	9.590.239	9.499.707	8%	99%
02.02.22 Aquisição de bens e serviços correntes <i>Conservação de bens</i>	28.235.397	21.980.238	5.856.922	5%	27%
03.00.00 Juros e outros encargos <i>Juros dívida pública</i>	32.850.011	30.004.512	28.635.753	23%	95%
06.02.00 Outras despesas correntes <i>Impostos e taxas; Reservas</i>	7.950.264	11.345.349	832.687	1%	7%
07.01.03 Aquisição de bens de capital <i>Construção</i>	0	5.465.814	5.465.814	4%	100%
10.05.05 Passivos financeiros <i>DGTF</i>	0	11.858.166	11.858.165	9%	100%
Total funcionamento	78.386.152	90.244.318	62.149.048	50%	69%
07.01.03 Aquisição de bens de capital <i>Construção</i>	134.546.392	134.546.392	62.761.628	50%	47%
07.01.03 Aquisição de bens de capital <i>Construção</i>	83.000.000	83.000.000	0	0%	0%
Total investimento	217.546.392	217.546.392	62.761.628	50%	29%
TOTAL DESPESA	295.932.544	307.790.710	124.910.676	100%	41%

Fonte: Mapas de desenvolvimento orçamental (publicado no site da Direção-Geral do Orçamento); Mapas de controlo orçamental facultados pela Parque Escolar

88. A **receita** teve origem essencialmente no saldo do ano anterior (71%) e em fundos comunitários (19%). A execução global da receita foi de 58% em resultado:

⁶² O MEC tem, em sede de Conta Geral do Estado, 102 SFA: 96 estabelecimentos de ensino superior e respetivos serviços de ação social, a Fundação para a Ciência e Tecnologia a Agência Nacional para a Qualificação e o Ensino Profissional, IP, o Editorial do Ministério da Educação e Ciência, a Escola Portuguesa de Dili e a Escola Portuguesa de Moçambique.

⁶³ Os SFA mais representativos a nível de despesa realizada (acima da Parque Escolar) são a Fundação para a Ciência e Tecnologia (389M€), a Universidade do Porto (210M€) e a Universidade de Coimbra (134M€).

⁶⁴ 5.105M€ escolas + 125M€ da Parque Escolar



- i. da reduzida execução das vendas de bens e serviços correntes, em virtude da primeira revisão do contrato programa, realizada em 2012, apenas ter sido visada em 26/12/2013, pelo que, apesar da Parque Escolar ter procedido, no mesmo mês, à faturação da Remuneração, relativa a 2013⁶⁵, os correspondentes recebimentos apenas ocorreram em 2014⁶⁶;
 - ii. de não ter sido contraído o empréstimo (83M€) previsto para o investimento em requalificação de escolas do PMEES.
89. O valor relativo a venda de bens e serviços – rendas é proveniente, na sua grande maioria, do arrendamento dos edifícios não escolares, propriedade da Parque Escolar, essencialmente a serviços do Ministério da Educação sediados no edifício da Avenida 24 de julho (7,29M€).
90. Quanto à **despesa**, no valor de 124,9M€, dividiu-se de forma equitativa entre funcionamento (que inclui a atividade de manutenção e conservação das escolas, os encargos do financiamento resultante de empréstimos e as despesas de estrutura) e investimento (relativo à requalificação das escolas do PMEES).
91. No âmbito do funcionamento, releva o pagamento de juros dos financiamentos obtidos junto do BEL, CEB e Estado Português através da DGTF (23%). Os custos de estrutura representam 14% da despesa total realizada (pessoal, aquisição de bens e serviços e impostos e taxas), sendo de sublinhar que as aquisições de bens de capital (4%) são relativas à conclusão do processo de aquisição do edifício da Av. Infante Santo, onde se encontra sediada, entre outros, a Parque Escolar.
92. As despesas de investimento estão relacionadas com as obras de requalificação das escolas abrangidas pelo PMEES, incluindo cerca de 1,7M€ de juros de mora pagos em 2013 e relativos a atrasos nos pagamentos de faturas de fornecedores ocorridos em 2012, ano em que a Empresa se viu confrontada com sérias dificuldades de tesouraria.
93. A taxa de execução global da despesa (41%) resulta da:
 - i. execução na requalificação de escolas ser de apenas 47% face ao valor previsto (o que reflete o abrandamento da execução das empreitadas e as medidas de contenção de custos tomadas nos anos mais recentes);
 - ii. reduzida execução das aquisições de bens e serviços correntes (27%), rubrica em que se incluem as despesas com a conservação e manutenção, designadamente as relacionadas com as escolas intervencionadas cujos concursos para adjudicação dos serviços não se realizaram no ano de 2013, tendo-se procedido a adjudicação pontual de serviços que originaram pagamentos de 1,71M€;
 - iii. reduzida execução da rubrica de impostos e taxas (7%).
94. O passivo financeiro reflete a contração do empréstimo de curto prazo junto do Estado Português, representado pela DGTF, para resolver dificuldades de tesouraria pontuais (receita) e respetiva liquidação (despesa) (cfr. 2.6).

⁶⁵ O valor da faturação emitida ascendeu a 63M€ (com IVA incluído).

⁶⁶ Dos 1.331.628€ recebidos, 857.980€ são relativos a faturas de 2013 e 473.648€ de 2012.



3 VISTA AO MINISTÉRIO PÚBLICO

95. Foi dada vista do processo à Procuradora-Geral Adjunta neste Tribunal, nos termos e para os efeitos do n.º 5 do art.º 29.º da lei n.º 98/97, de 26 de agosto, na redação dada pela Lei n.º 48/2006, de 29 de agosto.

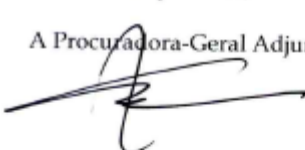
4 DECISÃO

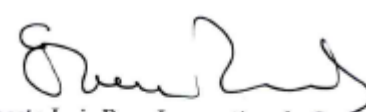
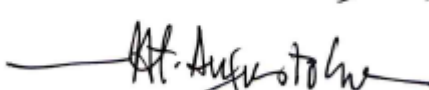
96. Pelo exposto, os Juízes do Tribunal de Contas decidem, em subsecção da 2.ª secção, o seguinte:
1. Aprovar o presente relatório, nos termos da al. a) do n.º 2 do art.º 78.º da Lei n.º 98/97, de 26 de agosto.
 2. Notificar todos os responsáveis da Parque Escolar, ouvidos no âmbito do contraditório, com o envio de cópia do relatório.
 3. Enviar um exemplar do presente relatório ao Ministro da Educação e Ciência e aos Ministros de Estado e das Finanças que exerceram funções desde 2013 até à presente data;
 4. Remeter o relatório à Procuradora-Geral Adjunta neste Tribunal, nos termos e para os efeitos do n.º 4 do art.º 29.º, e n.º 2 do art.º 55º conjugado com o n.º 4º do art.º 54º todos da Lei nº 98/97, de 26 de agosto.
 5. Não são devidos emolumentos (cfr. 5.1 do Anexo).

Tribunal de Contas, em 11 de dezembro de 2014.

O Juiz Conselheiro Relator,

(António José Avérous Mira Crespo)

Fui presente,
A Procuradora-Geral Adjunta


Os Juízes Conselheiros,

(Ernesto Luis Rosa Laurentino da Cunha)

(António Augusto Pinto dos Santos Carvalho)

**5 ANEXOS****5.1 EMOLUMENTOS**

Não são devidos emolumentos, uma vez que se trata de um relatório intercalar e parcelar, a integrar o Parecer sobre a Conta Geral do Estado de 2013, pelo que os emolumentos serão fixados no Relatório final da Auditoria à Parque Escolar.

5.2 RESPONSÁVEIS PELO EXERCÍCIO DE 2013

Cargo	Responsável	Período	Nomeação
Presidente	Engenheiro Pedro António Martins Mendes	21-03-2012 a 30/04/2013	RCM 13/2012, de 15 de março (DR, 2.ª s, n.º 57, de 20 março) c/ efeito ao dia seguinte da publicação
Vogal	Licenciada Carla Marina Teixeira Ramos Ferreira	05-12-2011 a 30/04/2013	RCM 20/2011, de 2 de dezembro (DR, 2.ª s, n.º 239, de 15 dezembro)
Presidente / Vogal	Dr. Luís Manuel Flores de Carvalho	21-03-2012 a 22/05/2013 (vogal) 23/05/2013 a 31/12/2013 (Presidente)	RCM 13/2012, de 15 de março (DR, 2.ª s, n.º 57, de 20 março) c/ efeito ao dia seguinte da publicação (vogal) RCM 15/2013, de 23 de maio (DR, 2.ª s, n.º 103, de 29 de maio) com efeitos à data da assinatura da RCM (presidente)
Vogal	Filipe António Alves da Silva	23/05/2013 a 31/12/2013	RCM 15/2013, de 23 de maio (DR, 2.ª s, n.º 103, de 29 de maio) com efeitos à data da assinatura da RCM
Vogal	Montezuma Boaventura Guimarães Dumangane	23/05/2013 a 31/12/2013	

5.3 ORGANIZAÇÃO DO PROCESSO

Volume	Documentos que integra	Fls.
I	Relatório; Plano Global de Auditoria; Legislação; Contratos programa e Planos de Negócios; Caracterização PMMES	1 a 241
II	Relatórios da Empresa; Ativo não corrente; Endividamento; Análise execução orçamental	242 a 465
III	Contraditório; Anteprojeto de Relatório	466 a 564

5.4 FICHA TÉCNICA

Nome	Categoria	Qualificação Académica
Coordenação Geral/Supervisão		
Maria da Luz Carmezim Faria	Auditora-Coordenadora	Licenciatura em Economia
Coordenação da equipa		
Anabela Santos	Auditora-Chefe	Licenciatura em Direito
Equipa de Auditoria		
Ana Teresa Santos	Técnica Verificadora Superior Principal	Licenciatura em Auditoria
Ana Luísa Trigo	Técnica Superior	Licenciatura em Contabilidade e Administração Pública
Nuno Martins Lopes	Técnica Verificadora Superior de 1.ª classe	Licenciatura em Direito



5.5 MAPAS DE APOIO AO RELATÓRIO

Mapa 1 – Amostra

Unidade: euros

		Designação	Orçamento executado	Análise/amostra	%
RECEITA	Funcionamento	Venda de bens e serviços correntes	10.287.962	0	0%
		Passivos financeiros	11.858.165	11.858.165	100%
	Investimento	Transferências correntes	40.741.885	30.306.712	74%
		Saldo exercício anterior	150.610.533	150.610.533	100%
	Receita total		213.498.545	192.775.410	90%
DESPESA	Funcionamento	Despesas com pessoal	9.499.707	0	0%
		Aquisição de bens e serviços correntes	5.856.922	0	0%
		Aquisição de bens capital	5.465.814	0	0%
		Juros e outros encargos	28.635.753	28.635.753	100%
		Outras despesas correntes	832.687	0	0%
		Passivos financeiros	11.858.165	11.858.165	100%
	Investimento	Aquisição de bens de capital	62.761.628	18.998.836	30%
	Despesa total		124.910.676	59.492.754	48%

Fonte: Relatório e Contas de 2013 (orçamento executado)

Mapa 2 – Órgãos e principais competências

Conselho de Administração <i>Presidente e dois a quatro vogais</i>	art. 8.º dos Estatutos	a)	Propor os planos de ação anuais e plurianuais e respetivos orçamentos, bem como os demais instrumentos de gestão previsional legalmente previstos, e assegurar a respetiva execução;
		b)	Promover a celebração de contratos-programa e outros instrumentos jurídicos que se revelem adequados; (...)
	art. 16.º dos Estatutos	i)	Apresentar os documentos de prestação de contas, nos termos definidos na lei;
		j)	Aprovar e submeter a homologação do membro do Governo responsável pela área da educação o regulamento interno e fazer cumprir as disposições legais e regulamentares aplicáveis; (...)
		q)	Acompanhar a execução do orçamento, aplicando as medidas destinadas a corrigir os desvios em relação às previsões realizadas;
		r)	Assegurar a regularidade da cobrança das dívidas e autorizar a realização e o pagamento da despesa da Parque Escolar, E. P. E.; (...)
		t)	Deliberar sobre a realização de empréstimos ou outras operações financeiras, mediante aprovação dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e da tutela;
		u)	Deliberar sobre a aquisição, alienação ou oneração de bens do seu património autónomo e estabelecer os respetivos termos e condições; (...)
		a)	Verificar a regularidade dos livros, registos contabilísticos e documentos que lhe servem de suporte;
		b)	Dar parecer sobre o relatório de gestão do exercício e certificar as contas; (...)
e)	Propor a realização de auditorias externas, quando tal se mostre necessário ou conveniente; (...)		
h)	Dar parecer sobre a realização de investimentos e a contração de empréstimos;		
i)	Elaborar relatórios da sua ação fiscalizadora, incluindo um relatório anual global; (...)		



Mapa 3 - Escolas abrangidas pelo contrato programa

Cod.PE	Nome Intervenção	Concelho	Delegação	Fase (*)
1	ESCOLA ARTÍSTICA SOARES DOS REIS	PORTO	DEL-N2	0
2	ESCOLA SECUNDÁRIA D. DINIS	LISBOA	DEL-S1	0
3	ESCOLA BÁSICA E SECUNDÁRIA RODRIGUES DE FREITAS / ESCOLA ARTÍSTICA DO CONSERVATÓRIO DE MÚSICA DO PORTO	PORTO	DEL-N1	0
4	ESCOLA SECUNDÁRIA FONSECA BENEVIDES (ES D. JOÃO DE CASTRO) / CENTRO DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL DA INDÚSTRIA ELECTRÓNICA - CINEL	LISBOA	DEL-S1	0
5	ESCOLA BÁSICA E SECUNDÁRIA PASSOS MANUEL	LISBOA	DEL-S2	1
6	ESCOLA SECUNDÁRIA PEDRO NUNES	LISBOA	DEL-S1	1
7	ESCOLA SECUNDÁRIA CAROLINA MICHAELIS	PORTO	DEL-N2	1
8	ESCOLA SECUNDÁRIA DR. MANUEL GOMES DE ALMEIDA	ESPINHO	DEL-N1	1
9	ESCOLA SECUNDÁRIA DE AURÉLIA DE SOUSA	PORTO	DEL-N2	1
10	ESCOLA SECUNDÁRIA ANTÓNIO SÉRGIO	VILA NOVA DE GAIA	DEL-N2	1
11	ESCOLA SECUNDÁRIA ROCHA PEIXOTO	PÓVOA DE VARZIM	DEL-N2	1
12	ESCOLA SECUNDÁRIA JOÃO GONÇALVES ZARCO	MATOSINHOS	DEL-N2	1
13	ESCOLA SECUNDÁRIA GARCIA DE ORTA	PORTO	DEL-N1	1
14	ESCOLA SECUNDÁRIA SÁ DE MIRANDA	BRAGA	DEL-N2	1
15	ESCOLA SECUNDÁRIA AVELAR BROTERO	COIMBRA	DEL-N3	1
16	ESCOLA BÁSICA E SECUNDÁRIA DO CERCO	PORTO	DEL-N1	1
17	ESCOLA SECUNDÁRIA JOSÉ RÉGIO	VILA DO CONDE	DEL-N1	1
18	ESCOLA SECUNDÁRIA DE PENAFIEL	PENAFIEL	DEL-N1	1
19	ESCOLA BÁSICA E SECUNDÁRIA GIL VICENTE	LISBOA	DEL-S2	1
20	ESCOLA BÁSICA E SECUNDÁRIA JOSEFA DE ÓBIDOS	LISBOA	DEL-S2	1
21	ESCOLA BÁSICA E SECUNDÁRIA D. FILIPA DE LENCASTRE	LISBOA	DEL-S1	1
22	ESCOLA SECUNDÁRIA RAINHA DONA AMÉLIA	LISBOA	DEL-S1	1
23	ESCOLA SECUNDÁRIA D. PEDRO V	LISBOA	DEL-S1	1
24	ESCOLA SECUNDÁRIA EÇA DE QUEIRÓS	LISBOA	DEL-S2	1
25	ESCOLA BÁSICA MARQUESA DE ALORNA, LISBOA	LISBOA	DEL-S2	1
26	ESCOLA SECUNDÁRIA PEDRO ALEXANDRINO	ODIVELAS	DEL-S2	1
27	ESCOLA SECUNDÁRIA MOUZINHO DA SILVEIRA	PORTALEGRE	DEL-S3	1
28	ESCOLA SECUNDÁRIA GABRIEL PEREIRA	ÉVORA	DEL-S3	1
29	ESCOLA SECUNDÁRIA D. MANUEL I	BEJA	DEL-S3	1
30	ESCOLA SECUNDÁRIA DE BENAVENTE	BENAVENTE	DEL-S2	1
31	Escola de Turismo de Lisboa - Machado de Castro	LISBOA		1
32	Palácio valadares - Veiga Beirão	LISBOA		1
33	Escola de Turismo do Porto - Soares dos Reis	PORTO		1
109	ESCOLA BÁSICA PINTOR ALMADA NEGREIROS	LISBOA	DEL-S1	1
34	ESCOLA SECUNDÁRIA DE MONSERRATE	VIANA DO CASTELO	DEL-N1	2
35	ESCOLA SECUNDÁRIA ALCAIDES DE FARIA	BARCELOS	DEL-N1	2
36	ESCOLA SECUNDÁRIA CARLOS AMARANTE	BRAGA	DEL-N1	2
37	ESCOLA SECUNDÁRIA ALBERTO SAMPAIO	BRAGA	DEL-N1	2
38	ESCOLA SECUNDÁRIA D. MARIA II	BRAGA	DEL-N2	2
39	ESCOLA SECUNDÁRIA FRANCISCO DE HOLANDA	GUIMARÃES	DEL-N2	2
40	ESCOLA SECUNDÁRIA DE CALDAS DAS TAIPAS	GUIMARÃES	DEL-N1	2
41	ESCOLA SECUNDÁRIA CAMILO CASTELO BRANCO, VILA NOVA DE FAMALICÃO	VILA NOVA DE FAMALICÃO	DEL-N1	2
42	ESCOLA SECUNDÁRIA TOMAZ PELAYO	SANTO TIRSO	DEL-N2	2
43	ESCOLA SECUNDÁRIA DE PAÇOS DE FERREIRA	PAÇOS DE FERREIRA	DEL-N2	2
44	ESCOLA SECUNDÁRIA DE LOUSADA	LOUSADA	DEL-N1	2
45	ESCOLA SECUNDÁRIA DA MAIA	MAIA	DEL-N2	2
46	ESCOLA SECUNDÁRIA DE ÁGUAS SANTAS	MAIA	DEL-N1	2
47	ESCOLA SECUNDÁRIA FILIPA DE VILHENA	PORTO	DEL-N1	2
48	ESCOLA SECUNDÁRIA FONTES PEREIRA DE MELO	PORTO	DEL-N2	2
49	ESCOLA SECUNDÁRIA DE RIO TINTO	GONDOMAR	DEL-N2	2
50	ESCOLA SECUNDÁRIA DE PAREDES	PAREDES	DEL-N2	2



Cod.PE	Nome Intervenção	Concelho	Delegação	Fase (*)
51	ESCOLA SECUNDÁRIA DR. MANUEL LARANJEIRA	ESPINHO	DEL-N2	2
52	ESCOLA SECUNDÁRIA INÊS DE CASTRO, VILA NOVA DE GAIA	VILA NOVA DE GAIA	DEL-N2	2
53	ESCOLA SECUNDÁRIA DR. JOAQUIM GOMES FERREIRA ALVES	VILA NOVA DE GAIA	DEL-N2	2
54	ESCOLA SECUNDÁRIA DE SANTA MARIA DA FEIRA	SANTA MARIA DA FEIRA	DEL-N1	2
55	ESCOLA BÁSICA E SECUNDÁRIA OLIVEIRA JUNIOR	SÃO JOÃO DA MADEIRA	DEL-N1	2
56	ESCOLA SECUNDÁRIA FERREIRA DE CASTRO	OLIVEIRA DE AZEMÉIS	DEL-N1	2
57	ESCOLA SECUNDÁRIA DE FAFE	FAFE	DEL-N2	2
58	ESCOLA SECUNDÁRIA ABADE DE BAÇAL	BRAGANÇA	DEL-N2	2
59	ESCOLA SECUNDÁRIA DR. JOÃO DE ARAÚJO CORREIA	PESO DA RÉGUA	DEL-N2	2
60	ESCOLA SECUNDÁRIA DR. JOSÉ MACEDO FRAGATEIRO	OVAR	DEL-N3	2
61	ESCOLA SECUNDÁRIA JOSÉ ESTEVÃO	AVEIRO	DEL-N3	2
62	ESCOLA SECUNDÁRIA MARQUES DE CASTILHO	ÁGUEDA	DEL-N3	2
63	ESCOLA SECUNDÁRIA EMÍDIO NAVARRO, VISEU	VISEU	DEL-N3	2
64	ESCOLA SECUNDÁRIA ALVES MARTINS	VISEU	DEL-N3	2
65	ESCOLA SECUNDÁRIA DR. JOAQUIM DE CARVALHO	FIGUEIRA DA FOZ	DEL-N3	2
66	ESCOLA SECUNDÁRIA DE MONTEMOR-O-VELHO	MONTEMOR-O-VELHO	DEL-N3	2
67	ESCOLA SECUNDÁRIA DE QUINTA DAS FLORES / ESCOLA ARTÍSTICA DO CONSERVATÓRIO DE MÚSICA DE COIMBRA	COIMBRA	DEL-N3	2
68	ESCOLA SECUNDÁRIA INFANTA D. MARIA	COIMBRA	DEL-N3	2
69	ESCOLA SECUNDÁRIA DE POMBAL	POMBAL	DEL-N3	2
70	ESCOLA SECUNDÁRIA FRANCISCO RODRIGUES LOBO	LEIRIA	DEL-N3	2
71	ESCOLA SECUNDÁRIA DOMINGOS SEQUEIRA	LEIRIA	DEL-N3	2
72	ESCOLA SECUNDÁRIA ENG. ACÁCIO CALAZANS DUARTE	MARINHA GRANDE	DEL-N3	2
73	ESCOLA SECUNDÁRIA AFONSO DE ALBUQUERQUE	GUARDA	DEL-N3	2
74	ESCOLA SECUNDÁRIA D. INÊS DE CASTRO, ALCOBAÇA	ALCOBAÇA	DEL-S1	2
75	ESCOLA BÁSICA E SECUNDÁRIA FERNÃO DO PÓ (EBS DE BOMBARRAL)	BOMBARRAL	DEL-S1	2
76	ESCOLA SECUNDÁRIA RAFAEL BORDALO PINHEIRO	CALDAS DA RAINHA	DEL-S1	2
77	ESCOLA SECUNDÁRIA DR. ANTÓNIO CARVALHO FIGUEIREDO	LOURES	DEL-S2	2
78	ESCOLA SECUNDÁRIA JOSÉ SARAMAGO	MAFRA	DEL-S1	2
79	ESCOLA SECUNDÁRIA JACÔME RATTON	TOMAR	DEL-S2	2
80	ESCOLA BÁSICA E SECUNDÁRIA DE OURÉM	OURÉM	DEL-S2	2
81	ESCOLA SECUNDÁRIA SÁ DA BANDEIRA	SANTARÉM	DEL-S2	2
82	ESCOLA SECUNDÁRIA DR. SOLANO DE ABREU	ABRANTES	DEL-S2	2
83	ESCOLA BÁSICA E SECUNDÁRIA DE SALVATERRA DE MAGOS	SALVATERRA DE MAGOS	DEL-S2	2
84	ESCOLA SECUNDÁRIA PADRE ALBERTO NETO	SINTRA	DEL-S1	2
85	ESCOLA SECUNDÁRIA DE SANTA MARIA, SINTRA	SINTRA	DEL-S1	2
86	ESCOLA SECUNDÁRIA SEBASTIÃO E SILVA	OEIRAS	DEL-S1	2
87	ESCOLA BÁSICA E SECUNDÁRIA DR. AZEVEDO NEVES	AMADORA	DEL-S2	2
88	ESCOLA SECUNDÁRIA VERGÍLIO FERREIRA	LISBOA	DEL-S2	2
89	ESCOLA SECUNDÁRIA ANTÓNIO DAMÁSIO (ES PROF. HERCULANO CARVALHO)	LISBOA	DEL-S2	2
90	ESCOLA SECUNDÁRIA DA AMORA	SEIXAL	DEL-S1	2
91	ESCOLA SECUNDÁRIA DE SANTO ANDRÉ	BARREIRO	DEL-S1	2
92	ESCOLA SECUNDÁRIA SEBASTIÃO DA GAMA	SETÚBAL	DEL-S1	2
93	ESCOLA SECUNDÁRIA EMÍDIO NAVARRO, ALMADA	ALMADA	DEL-S1	2
94	ESCOLA BÁSICA E SECUNDÁRIA PROF. RUY LUÍS GOMES	ALMADA	DEL-S1	2
95	ESCOLA SECUNDÁRIA RAINHA DONA LEONOR	LISBOA	DEL-S2	2
96	ESCOLA SECUNDÁRIA PADRE ANTÓNIO VIEIRA	LISBOA	DEL-S2	2
97	ESCOLA BÁSICA E SECUNDÁRIA PROFESSOR REYNALDO DOS SANTOS	VILA FRANCA DE XIRA	DEL-S2	2
98	ESCOLA BÁSICA PEDRO DE SANTARÉM	LISBOA	DEL-S2	2
99	ESCOLA BÁSICA FRANCISCO DE ARRUDA	LISBOA	DEL-S2	2
100	ESCOLA SECUNDÁRIA RAINHA SANTA ISABEL	ESTREMOZ	DEL-S3	2
101	ESCOLA SECUNDÁRIA D. SANCHO II	ELVAS	DEL-S3	2
102	ESCOLA SECUNDÁRIA DE PONTE DE SÔR	PONTE DE SOR	DEL-S2	2
103	ESCOLA SECUNDÁRIA DE S. LOURENÇO	PORTALEGRE	DEL-S3	2
104	ESCOLA SECUNDÁRIA PÚBLICA HORTÊNSIA DE CASTRO	VILA VIÇOSA	DEL-S3	2
105	ESCOLA SECUNDÁRIA DIOGO DE GOUVEIA	BEJA	DEL-S3	2



Cod.PE	Nome Intervenção	Concelho	Delegação	Fase (*)
106	ESCOLA SECUNDÁRIA SEVERIM DE FARIA	ÉVORA	DEL-S3	2
107	ESCOLA SECUNDÁRIA DE ALCÁCER DO SAL	ALCÁCER DO SAL	DEL-S3	2
108	ESCOLA ARTÍSTICA ANTÓNIO ARROIO	LISBOA	DEL-S3	2
110	ESCOLA SECUNDÁRIA DE AROUCA	AROUCA	DEL-N1	3
111	ESCOLA BÁSICA E SECUNDÁRIA DE CASTELO DE PAIVA	CASTELO DE PAIVA	DEL-N1	3
112	ESCOLA SECUNDÁRIA SOARES BASTO	OLIVEIRA DE AZEMÉIS	DEL-N1	3
113	ESCOLA BÁSICA E SECUNDÁRIA DE BÚZIO (EBS DE VALE DE CAMBRA)	VALE DE CAMBRA	DEL-N1	3
114	ESCOLA SECUNDÁRIA DE BARCELOS	BARCELOS	DEL-N2	3
115	ESCOLA SECUNDÁRIA DE MARTINS SARMENTO	GUIMARÃES	DEL-N1	3
116	ESCOLA SECUNDÁRIA D. SANCHO I	VILA NOVA DE FAMALICÃO	DEL-N1	3
117	ESCOLA SECUNDÁRIA DE VILA VERDE	VILA VERDE	DEL-N1	3
118	ESCOLA SECUNDÁRIA DE CALDAS DE VIZELA	VIZELA	DEL-N1	3
119	ESCOLA SECUNDÁRIA EMÍDIO GARCIA	BRAGANÇA	DEL-N2	3
120	ESCOLA SECUNDÁRIA DE MIRANDELA	MIRANDELA	DEL-N2	3
121	ESCOLA SECUNDÁRIA DE AMARANTE	AMARANTE	DEL-N2	3
122	ESCOLA BÁSICA E SECUNDÁRIA DE VALE DE OVIL (EBS DE BAIÃO)	BAIÃO	DEL-N2	3
123	ESCOLA SECUNDÁRIA DE FELGUEIRAS	FELGUEIRAS	DEL-N1	3
124	ESCOLA SECUNDÁRIA DE VILA COVA DA LIXA	FELGUEIRAS	DEL-N2	3
125	ESCOLA SECUNDÁRIA DE GONDOMAR	GONDOMAR	DEL-N2	3
126	ESCOLA SECUNDÁRIA DE CASTÊLO DA MAIA	MAIA	DEL-N1	3
127	ESCOLA SECUNDÁRIA DE MARCO DE CANAVESES	MARCO DE CANAVESES	DEL-N2	3
128	ESCOLA SECUNDÁRIA AUGUSTO GOMES	MATOSINHOS	DEL-N1	3
129	ESCOLA SECUNDÁRIA DA BOA NOVA	MATOSINHOS	DEL-N1	3
130	ESCOLA SECUNDÁRIA DE PADRÃO DA LÉGUA	MATOSINHOS	DEL-N1	3
131	ESCOLA SECUNDÁRIA ALEXANDRE HERCULANO, PORTO	PORTO	DEL-N2	3
132	ESCOLA BÁSICA E SECUNDÁRIA CLARA DE RESENDE	PORTO	DEL-N2	3
133	ESCOLA SECUNDÁRIA INFANTE D. HENRIQUE	PORTO	DEL-N2	3
134	ESCOLA SECUNDÁRIA D. DINIS, SANTO TIRSO	SANTO TIRSO	DEL-N1	3
135	ESCOLA SECUNDÁRIA DA TROFA	TROFA	DEL-N1	3
136	ESCOLA SECUNDÁRIA DE ERMESINDE	VALONGO	DEL-N1	3
137	ESCOLA BÁSICA E SECUNDÁRIA DE CANELAS	VILA NOVA DE GAIA	DEL-N2	3
138	ESCOLA SECUNDÁRIA ALMEIDA GARRET	VILA NOVA DE GAIA	DEL-N2	3
139	ESCOLA SECUNDÁRIA DE PONTE DE LIMA	PONTE DE LIMA	DEL-N1	3
140	ESCOLA SECUNDÁRIA DE SANTA MARIA MAIOR	VIANA DO CASTELO	DEL-N1	3
141	ESCOLA SECUNDÁRIA DR. JÚLIO MARTINS	CHAVES	DEL-N1	3
142	ESCOLA SECUNDÁRIA SÃO PEDRO	VILA REAL	DEL-N2	3
143	ESCOLA SECUNDÁRIA LATINO COELHO	LAMEGO	DEL-N2	3
144	ESCOLA SECUNDÁRIA D. EGAS MONIZ E ESCOLA BÁSICA DE RESENDE	RESENDE	DEL-N2	3
145	ESCOLA SECUNDÁRIA ADOLFO PORTELA	ÁGUEDA	DEL-N3	3
146	ESCOLA BÁSICA E SECUNDÁRIA DE ANADIA	ANADIA	DEL-N3	3
147	ESCOLA SECUNDÁRIA DR. MÁRIO SACRAMENTO	AVEIRO	DEL-N3	3
148	ESCOLA SECUNDÁRIA DE ESTARREJA	ESTARREJA	DEL-N3	3
149	ESCOLA SECUNDÁRIA DE GAFANHA DA NAZARÉ	ÍLHAVO	DEL-N3	3
150	ESCOLA BÁSICA E SECUNDÁRIA DE SEVER DO VOUGA	SEVER DO VOUGA	DEL-N3	3
151	ESCOLA SECUNDÁRIA NUNO ÁLVARES	CASTELO BRANCO	DEL-N3	3
152	ESCOLA SECUNDÁRIA DR. BERNARDINO MACHADO	FIGUEIRA DA FOZ	DEL-N3	3
153	ESCOLA BÁSICA E SECUNDÁRIA SACADURA CABRAL	CELORICO DA BEIRA	DEL-N3	3
154	ESCOLA BÁSICA E SECUNDÁRIA DR. PASCOAL JOSÉ DE MELLO	ANSIÃO	DEL-N3	3
155	ESCOLA BÁSICA E SECUNDÁRIA DA BATALHA	BATALHA	DEL-N3	3
156	ESCOLA SECUNDÁRIA AFONSO LOPES VIEIRA	LEIRIA	DEL-N3	3
157	ESCOLA BÁSICA E SECUNDÁRIA DE OLIVEIRA DE FRADES	OLIVEIRA DE FRADES	DEL-N3	3
158	ESCOLA BÁSICA E SECUNDÁRIA DE SÃO PEDRO DO SUL	SÃO PEDRO DO SUL	DEL-N3	3
159	ESCOLA SECUNDÁRIA DAMIÃO DE GOES	ALENQUER	DEL-S2	3
160	ESCOLA SECUNDÁRIA SEOMARA DA COSTA PRIMO	AMADORA	DEL-S2	3



Cod.PE	Nome Intervenção	Concelho	Delegação	Fase (*)
161	ESCOLA SECUNDÁRIA D. JOÃO V	AMADORA	DEL-S2	3
162	ESCOLA BÁSICA E SECUNDÁRIA DE CARCAVELOS	CASCAIS	DEL-S1	3
163	ESCOLA BÁSICA E SECUNDÁRIA FREI GONÇALO DE AZEVEDO	CASCAIS	DEL-S1	3
164	ESCOLA SECUNDÁRIA DE CAMÕES	LISBOA	DEL-S1	3
165	ESCOLA SECUNDÁRIA JOSÉ GOMES FERREIRA	LISBOA	DEL-S1	3
166	ESCOLA SECUNDÁRIA DO RESTELO	LISBOA	DEL-S1	3
167	ESCOLA SECUNDÁRIA D. LUÍSA DE GUSMÃO	LISBOA	DEL-S1	3
168	ESCOLA SECUNDÁRIA JOSÉ AFONSO	LOURES	DEL-S2	3
169	ESCOLA SECUNDÁRIA DE CANEÇAS	ODIVELAS	DEL-S2	3
170	ESCOLA SECUNDÁRIA BRAAMCAMP FREIRE	ODIVELAS	DEL-S1	3
171	ESCOLA SECUNDÁRIA LUÍS DE FREITAS BRANCO	OEIRAS	DEL-S1	3
172	ESCOLA SECUNDÁRIA DA QUINTA DO MARQUÊS	OEIRAS	DEL-S1	3
173	ESCOLA SECUNDÁRIA CAMILO CASTELO BRANCO, OEIRAS	OEIRAS	DEL-S1	3
174	ESCOLA SECUNDÁRIA FERREIRA DIAS	SINTRA	DEL-S1	3
175	ESCOLA SECUNDÁRIA DE MEM MARTINS	SINTRA	DEL-S1	3
176	ESCOLA SECUNDÁRIA STUART CARVALHAIS	SINTRA	DEL-S1	3
177	ESCOLA SECUNDÁRIA HENRIQUES NOGUEIRA	TORRES VEDRAS	DEL-S1	3
178	ESCOLA SECUNDÁRIA GAGO COUTINHO	VILA FRANCA DE XIRA	DEL-S2	3
179	ESCOLA BÁSICA E SECUNDÁRIA DE VIALONGA	VILA FRANCA DE XIRA	DEL-S2	3
180	ESCOLA BÁSICA E SECUNDÁRIA D. MARTINHO VAZ DE CASTELO BRANCO	VILA FRANCA DE XIRA	DEL-S2	3
181	ESCOLA BÁSICA E SECUNDÁRIA ANSELMO DE ANDRADE	ALMADA	DEL-S2	3
182	ESCOLA SECUNDÁRIA FERNÃO MENDES PINTO	ALMADA	DEL-S2	3
183	ESCOLA SECUNDÁRIA DE MONTE DA CAPARICA	ALMADA	DEL-S1	3
184	ESCOLA BÁSICA E SECUNDÁRIA ALFREDO DA SILVA	BARREIRO	DEL-S2	3
185	ESCOLA SECUNDÁRIA JORGE PEIXINHO	MONTIJO	DEL-S2	3
186	ESCOLA SECUNDÁRIA DE PINHAL NOVO	PALMELA	DEL-S2	3
187	ESCOLA SECUNDÁRIA JOÃO DE BARROS	SEIXAL	DEL-S1	3
188	ESCOLA SECUNDÁRIA D. JOÃO II	SETÚBAL	DEL-S2	3
189	ESCOLA BÁSICA E SECUNDÁRIA LIMA DE FREITAS	SETÚBAL	DEL-S2	3
190	ESCOLA BÁSICA E SECUNDÁRIA DR. MANUEL FERNANDES	ABRANTES	DEL-S2	3
191	ESCOLA SECUNDÁRIA DR. AUGUSTO CÉSAR DA SILVA FERREIRA	RIO MAIOR	DEL-S2	3
192	ESCOLA SECUNDÁRIA MARIA LAMAS	TORRES NOVAS	DEL-S2	3
193	ESCOLA SECUNDÁRIA DE MOURA	MOURA	DEL-S3	3
194	ESCOLA SECUNDÁRIA DR. MANUEL CANDEIAS GONÇALVES	ODEMIRA	DEL-S3	3
195	ESCOLA BÁSICA E SECUNDÁRIA CUNHA RIVARA	ARRAIOS	DEL-S3	3
196	ESCOLA SECUNDÁRIA DE MONTEMOR-O-NOVO	MONTEMOR-O-NOVO	DEL-S3	3
197	ESCOLA BÁSICA E SECUNDÁRIA DR. HERNÂNI CIDADE	REDONDO	DEL-S3	3
198	ESCOLA SECUNDÁRIA CONDE DE MONSARAZ	REGUENGOS DE MONSARAZ	DEL-S3	3
199	ESCOLA SECUNDÁRIA DE CAMPO MAIOR	CAMPO MAIOR	DEL-S3	3
200	ESCOLA SECUNDÁRIA ANTÓNIO INÁCIO DA CRUZ+ ESCOLA PROFISSIONAL DESENVOLVIMENTO RURAL DE GRÂNDOLA	GRÂNDOLA	DEL-S3	3
201	ESCOLA SECUNDÁRIA PADRE ANTÓNIO MACEDO	SANTIAGO DO CACÉM	DEL-S3	3
202	ESCOLA SECUNDÁRIA JOÃO DE DEUS	FARO	DEL-S3	3
203	ESCOLA SECUNDÁRIA TOMÁS CABREIRA	FARO	DEL-S3	3
204	ESCOLA SECUNDÁRIA JÚLIO DANTAS	LAGOS	DEL-S3	3
205	ESCOLA SECUNDÁRIA DE LOULÉ	LOULÉ	DEL-S3	3
206	ESCOLA SECUNDÁRIA DR. FRANCISCO FERNANDES LOPES	OLHÃO	DEL-S3	3
207	ESCOLA SECUNDÁRIA POETA ANTÓNIO ALEIXO	PORTIMÃO	DEL-S3	3
208	ESCOLA SECUNDÁRIA DE SILVES	SILVES	DEL-S3	3
209	ESCOLA SECUNDÁRIA DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO	VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO	DEL-S3	3
210	ESCOLA BÁSICA NUNO GONÇALVES	LISBOA	DEL-S1	3 B
211	ESCOLA ARTÍSTICA DE MÚSICA DO CONSERVATÓRIO NACIONAL, LISBOA	LISBOA	DEL-S2	3 B
212	ESCOLA ARTÍSTICA DE DANÇA DO CONSERVATÓRIO NACIONAL, LISBOA	LISBOA	DEL-S2	3 B



Cod.PE	Nome Intervenção	Concelho	Delegação	Fase (*)
213	ESCOLA SECUNDÁRIA DE CASCAIS	CASCAIS	DEL-S2	3 B
214	ESCOLA SECUNDÁRIA DE MEM MARTINS II	SINTRA	DEL-S2	3 B
215	ESCOLA SECUNDÁRIA DE QUINTA DO PERÚ	PALMELA	DEL-S2	3 B
216	ESCOLA SECUNDÁRIA DR. JAIME MAGALHÃES LIMA	AVEIRO	DEL-N3	4
217	ESCOLA ARTÍSTICA CONSERVATÓRIO DE MÚSICA CALOUSTE GULBENKIAN DE AVEIRO (CONSERVATÓRIO DE AVEIRO)	AVEIRO	DEL-N3	4
218	ESCOLA SECUNDÁRIA JÚLIO DINIS	OVAR	DEL-N3	4
219	ESCOLA BÁSICA E SECUNDÁRIA D. MOISÉS ALVES DE PINHO (EBS DE COELHO E CASTRO)	SANTA MARIA DA FEIRA	DEL-N1	4
220	ESCOLA SECUNDÁRIA DR. SERAFIM LEITE	SÃO JOÃO DA MADEIRA	DEL-N1	4
221	ESCOLA SECUNDÁRIA DE AMARES	AMARES	DEL-N2	4
222	ESCOLA SECUNDÁRIA DE BARCELINHOS	BARCELOS	DEL-N1	4
223	ESCOLA BÁSICA E SECUNDÁRIA DE CELORICO DE BASTO	CELORICO DE BASTO	DEL-N2	4
224	ESCOLA SECUNDÁRIA HENRIQUE MEDINA	ESPOSENDE	DEL-N1	4
225	ESCOLA BÁSICA E SECUNDÁRIA VIEIRA DE ARAÚJO (EBS VIEIRA DO MINHO)	VIEIRA DO MINHO	DEL-N2	4
226	ESCOLA SECUNDÁRIA DE PADRE BENJAMIM SALGADO	VILA NOVA DE FAMALICÃO	DEL-N1	4
227	ESCOLA BÁSICA E SECUNDÁRIA DE ALFÂNDEGA DA FÉ	ALFÂNDEGA DA FÉ	DEL-N2	4
228	ESCOLA BÁSICA E SECUNDÁRIA DE CARRAZEDA DE ANSIÃES	CARRAZEDA DE ANSIÃES	DEL-N2	4
229	ESCOLA BÁSICA E SECUNDÁRIA DE MACEDO DE CAVALEIROS	MACEDO DE CAVALEIROS	DEL-N2	4
230	ESCOLA BÁSICA E SECUNDÁRIA DE MIRANDA DO DOURO	MIRANDA DO DOURO	DEL-N2	4
231	ESCOLA BÁSICA E SECUNDÁRIA DR. RAMIRO SALGADO (EBS VISCONDE DE VILA MAIOR)	TORRE DE MONCORVO	DEL-N2	4
232	ESCOLA BÁSICA E SECUNDÁRIA D. AFONSO III, VINHAIS	VINHAIS	DEL-N2	4
233	ESCOLA SECUNDÁRIA AMATO LUSITANO	CASTELO BRANCO	DEL-N3	4
234	ESCOLA SECUNDÁRIA CAMPOS DE MELO / CAMPUS FREI HEITOR PINTO	COVILHÃ	DEL-N3	4
235	ESCOLA SECUNDÁRIA DO FUNDÃO	FUNDÃO	DEL-N3	4
236	ESCOLA SECUNDÁRIA DE CANTANHEDE	CANTANHEDE	DEL-N3	4
237	ESCOLA SECUNDÁRIA JOSÉ FALCÃO	COIMBRA	DEL-N3	4
238	ESCOLA SECUNDÁRIA D. DUARTE	COIMBRA	DEL-N3	4
239	ESCOLA SECUNDÁRIA CRISTINA TORRES	FIGUEIRA DA FOZ	DEL-N3	4
240	ESCOLA SECUNDÁRIA DE LOUSÃ	LOUSÃ	DEL-N3	4
241	ESCOLA SECUNDÁRIA DE OLIVEIRA DO HOSPITAL	OLIVEIRA DO HOSPITAL	DEL-N3	4
242	ESCOLA SECUNDÁRIA DA SÉ	GUARDA	DEL-N3	4
243	ESCOLA SECUNDÁRIA DE SEIA	SEIA	DEL-N3	4
244	ESCOLA BÁSICA E SECUNDÁRIA DE LORDELO	PAREDES	DEL-N1	4
245	ESCOLA BÁSICA E SECUNDÁRIA DE PAREDES DE COURA	PAREDES DE COURA	DEL-N1	4
246	ESCOLA SECUNDÁRIA JOAQUIM DE ARAÚJO	PENAFIEL	DEL-N1	4
247	ESCOLA SECUNDÁRIA ANTÓNIO NOBRE	PORTO	DEL-N1	4
248	ESCOLA SECUNDÁRIA DE VALONGO	VALONGO	DEL-N1	4
249	ESCOLA BÁSICA E SECUNDÁRIA DE ARCOS DE VALDEVEZ (EBS TOMAZ DE FIGUEIREDO)	ARCOS DE VALDEVEZ	DEL-N1	4
250	ESCOLA BÁSICA E SECUNDÁRIA SIDÓNIO PAIS	CAMINHA	DEL-N1	4
251	ESCOLA BÁSICA E SECUNDÁRIA DE MELGAÇO	MELGAÇO	DEL-N1	4
252	ESCOLA BÁSICA E SECUNDÁRIA DIOGO BERNARDES (EBS DE PONTE DA BARCA)	PONTE DA BARCA	DEL-N1	4
253	ESCOLA BÁSICA E SECUNDÁRIA DE MURALHAS DO MINHO (ES DE VALENÇA)	VALENÇA	DEL-N1	4
254	ESCOLA BÁSICA E SECUNDÁRIA DE BARROSELAS	VIANA DO CASTELO	DEL-N1	4
255	ESCOLA SECUNDÁRIA FERNÃO DE MAGALHÃES	CHAVES	DEL-N2	4
256	ESCOLA BÁSICA E SECUNDÁRIA DE MONDIM DE BASTO	MONDIM DE BASTO	DEL-N2	4
257	ESCOLA BÁSICA E SECUNDÁRIA DR. BENTO DA CRUZ	MONTALEGRE	DEL-N2	4
258	ESCOLA BÁSICA E SECUNDÁRIA DE MURÇA	MURÇA	DEL-N2	4
259	ESCOLA BÁSICA E SECUNDÁRIA MIGUEL TORGA	SABROSA	DEL-N2	4
260	ESCOLA SECUNDÁRIA CAMILO DE CASTELO BRANCO, VILA REAL	VILA REAL	DEL-N2	4
261	ESCOLA SECUNDÁRIA DR.ª FELISMINA ALCÂNTARA	MANGUALDE	DEL-N3	4



Cod.PE	Nome Intervenção	Concelho	Delegação	Fase (*)
262	ESCOLA BÁSICA E SECUNDÁRIA DE MOIMENTA DA BEIRA (EBS DE DR. JOAQUIM DIAS REBELO)	MOIMENTA DA BEIRA	DEL-N2	4
263	ESCOLA SECUNDÁRIA VIRIATO	UISEU	DEL-N3	4
264	ESCOLA SECUNDÁRIA DE CASTRO VERDE	CASTRO VERDE	DEL-S3	4
265	ESCOLA BÁSICA E SECUNDÁRIA DE OURIQUE	OURIQUE	DEL-S3	4
266	ESCOLA SECUNDÁRIA DE SERPA	SERPA	DEL-S3	4
267	ESCOLA SECUNDÁRIA ANDRÉ GOUVEIA	ÉVORA	DEL-S3	4
268	ESCOLA BÁSICA E SECUNDÁRIA D. JOÃO DE PORTEL	PORTEL	DEL-S3	4
269	ESCOLA SECUNDÁRIA DE ALBUFEIRA	ALBUFEIRA	DEL-S3	4
270	ESCOLA SECUNDÁRIA PINHEIRO E ROSA	FARO	DEL-S3	4
271	ESCOLA BÁSICA E SECUNDÁRIA AFONSO III, FARO	FARO	DEL-S3	4
272	ESCOLA SECUNDÁRIA PADRE ANTÓNIO MARTINS DE OLIVEIRA	LAGOA	DEL-S3	4
273	ESCOLA BÁSICA E SECUNDÁRIA PROFESSOR PAULA NOGUEIRA	OLHÃO	DEL-S3	4
274	ESCOLA SECUNDÁRIA MANUEL TEIXEIRA GOMES	PORTIMÃO	DEL-S3	4
275	ESCOLA SECUNDÁRIA DR. ^a LAURA AYRES	LOULÉ	DEL-S3	4
276	ESCOLA SECUNDÁRIA DR. JORGE AUGUSTO CORREIA (ES DE TAVIRA)	TAVIRA	DEL-S3	4
277	ESCOLA SECUNDÁRIA RAUL PROENÇA	CALDAS DA RAINHA	DEL-S1	4
278	ESCOLA SECUNDÁRIA DA AMADORA	AMADORA	DEL-S2	4
279	ESCOLA BÁSICA E SECUNDÁRIA DE MÃES D'ÁGUA	AMADORA	DEL-S2	4
280	ESCOLA SECUNDÁRIA DA AZAMBUJA	AZAMBUJA	DEL-S2	4
281	ESCOLA BÁSICA E SECUNDÁRIA DO CADAVAL (EBS DE MONTEJUNTO)	CADAVAL	DEL-S1	4
282	ESCOLA SECUNDÁRIA IBN MUCANA	CASCAIS	DEL-S1	4
283	ESCOLA SECUNDÁRIA DE SÃO JOÃO DO ESTORIL	CASCAIS	DEL-S1	4
284	ESCOLA SECUNDÁRIA MARIA AMÁLIA VAZ DE CARVALHO	LISBOA	DEL-S1	4
285	ESCOLA SECUNDÁRIA DO ARCO-ÍRIS (ES DA PORTELA DE SACAVÉM)	LOURES	DEL-S2	4
286	ESCOLA SECUNDÁRIA DE SACAVÉM	LOURES	DEL-S2	4
287	ESCOLA SECUNDÁRIA DE SÃO JOÃO DA TALHA	LOURES	DEL-S2	4
288	ESCOLA SECUNDÁRIA GAMA BARROS	SINTRA	DEL-S1	4
289	ESCOLA SECUNDÁRIA MIGUEL TORGA	SINTRA	DEL-S1	4
290	ESCOLA BÁSICA E SECUNDÁRIA JOAQUIM INÁCIO DA CRUZ SOBRAL (EBS DE SOBRAL DE MONTE AGRAÇO)	SOBRAL DE MONTE AGRAÇO	DEL-S1	4
291	ESCOLA SECUNDÁRIA MADEIRA TORRES	TORRES VEDRAS	DEL-S1	4
292	ESCOLA SECUNDÁRIA DO FORTE DA CASA	VILA FRANCA DE XIRA	DEL-S2	4
293	ESCOLA SECUNDÁRIA DE ALCANENA	ALCANENA	DEL-S2	4
294	ESCOLA SECUNDÁRIA MARQUESA DE ALORNA, ALMEIRIM	ALMEIRIM	DEL-S2	4
295	ESCOLA SECUNDÁRIA DO CARTAXO	CARTAXO	DEL-S2	4
296	ESCOLA SECUNDÁRIA DE CORUCHE	CORUCHE	DEL-S2	4
297	ESCOLA SECUNDÁRIA DO ENTRONCAMENTO	ENTRONCAMENTO	DEL-S2	4
298	ESCOLA SECUNDÁRIA DR. GINESTAL MACHADO	SANTARÉM	DEL-S2	4
299	ESCOLA SECUNDÁRIA ANTÓNIO GEDEÃO	ALMADA	DEL-S1	4
300	ESCOLA BÁSICA E SECUNDÁRIA FRANCISCO SIMÕES	ALMADA	DEL-S1	4
301	ESCOLA SECUNDÁRIA DANIEL SAMPAIO	ALMADA	DEL-S1	4
302	ESCOLA SECUNDÁRIA DE CASQUILHOS	BARREIRO	DEL-S1	4
303	ESCOLA SECUNDÁRIA AUGUSTO CABRITA	BARREIRO	DEL-S1	4
304	ESCOLA SECUNDÁRIA MANUEL CARGALEIRO	SEIXAL	DEL-S1	4
305	ESCOLA SECUNDÁRIA DE SAMPAIO	SESIMBRA	DEL-S1	4
306	ESCOLA SECUNDÁRIA POETA AL BERTO (ES DE SINES)	SINES	DEL-S3	4
307	ESCOLA BÁSICA LUIS ANTÓNIO VERNEY	LISBOA	DEL-S2	4 B
308	ALFORNELOS			4 B
309	VILA DO CONDE (NOVA)			4 B

Fonte: Mapa elaborado pela equipa com base no ficheiro "Estado das Escolas PMEES a 20131231" facultado pela Parque Escolar em resposta ao ponto 12 do anexo ao ofício inicial da auditoria.



Mapa 4 - Detalhe da situação das intervenções em fase de "construção"

Situação	N.º	Descrição/Escola	
Suspensas por falta de financiamento	1	Embora não faça parte da Informação MEC 21-Dez-2011, foi suspensa por substituição da ES Oliveira de Frades ESCOLA SECUNDÁRIA DR. MÁRIO SACRAMENTO	
	1	Os trabalhos encontram-se suspensos, embora careça ainda de conclusão a formalização da suspensão Informação MEC 21-Dez-2011. ESCOLA SECUNDÁRIA DE SILVES	
	12	Suspensão Informação MEC 21-Dez-2011. ESCOLA BÁSICA E SECUNDÁRIA DE ANADIA	
		ESCOLA BÁSICA E SECUNDÁRIA DE CASTELO DE PAIVA	
		ESCOLA BÁSICA E SECUNDÁRIA DR. MANUEL FERNANDES	
		ESCOLA SECUNDÁRIA DA TROFA	
		ESCOLA SECUNDÁRIA DE AMARANTE	
		ESCOLA SECUNDÁRIA DE LOULÉ	
		ESCOLA SECUNDÁRIA DE MARCO DE CANAVESES	
		ESCOLA SECUNDÁRIA DE MEM MARTINS	
	14	ESCOLA SECUNDÁRIA DE PINHAL NOVO	
		ESCOLA SECUNDÁRIA GAGO COUTINHO	
	14	ESCOLA SECUNDÁRIA LUÍS DE FREITAS BRANCO	
		ESCOLA SECUNDÁRIA SOARES BASTO	
Resolução dos contratos de empreitada	1	Resolução do contrato com o empreiteiro em Abr 2013. ESCOLA SECUNDÁRIA JORGE PEIXINHO	
	2	Resolução do contrato com o empreiteiro em Nov 2012. ESCOLA SECUNDÁRIA DE MONTE DA CAPARICA	
		ESCOLA SECUNDÁRIA JOÃO DE BARROS	
	1	Resolução do contrato com o empreiteiro em Set 2012. ESCOLA ARTISTICA ANTÓNIO ARROIO /Escola Fase 2)	
	4	Total com resolução de contratos de empreitada	
Contratos de empreitada em vias de resolução	2	Em preparação processo de resolução do contrato para submeter ao CA. ESCOLA SECUNDÁRIA CAMILO CASTELO BRANCO, OEIRAS ESCOLA SECUNDÁRIA DA QUINTA DO MARQUÊS	
	2	Empreiteiro com grandes dificuldades para executar a obra. ESCOLA BÁSICA E SECUNDÁRIA DE BÚZIO (EBS DE VALE DE CAMBRA) ESCOLA SECUNDÁRIA D. EGAS MONIZ E ESCOLA BÁSICA DE RESENDE	
		Empreiteiro com grandes dificuldades para executar a obra. Processo de resolução do contrato em curso. ESCOLA SECUNDÁRIA AUGUSTO GOMES	
	3	ESCOLA SECUNDÁRIA DE CASTÉLO DA MAIA	
		ESCOLA SECUNDÁRIA DE PADRÃO DA LÉGUA	
	1	Levantada em 30/11/2012 a suspensão (Informação MEC 21-Dez-2011). Em preparação processo de resolução do contrato para submeter ao CA. ESCOLA BÁSICA E SECUNDÁRIA FREI GONÇALO DE AZEVEDO	
		Obra parada com processo de resolução do contrato em curso. ESCOLA SECUNDÁRIA D. DINIS, SANTO TIRSO ESCOLA SECUNDÁRIA DE PONTE DE LIMA	
	10	Total em vias de resolução do contrato de empreitada	
	Intervenções em execução	9	ESCOLA BÁSICA E SECUNDÁRIA DE OLIVEIRA DE FRADES
			ESCOLA BÁSICA E SECUNDÁRIA DR. HERNÂNI CIDADE
ESCOLA SECUNDÁRIA D. JOÃO V			
ESCOLA SECUNDÁRIA DE CAMPO MAIOR			
ESCOLA SECUNDÁRIA DE MOURA			
ESCOLA SECUNDÁRIA DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO			
ESCOLA SECUNDÁRIA DR. FRANCISCO FERNANDES LOPES			
ESCOLA SECUNDÁRIA JOÃO DE DEUS			
ESCOLA SECUNDÁRIA SEOMARA DA COSTA PRIMO			
9	Total intervenções em execução		

Fonte: Mapa elaborado pela equipa com base no ficheiro "Estado das Escolas PMEES a 20131231" facultado pela Parque Escolar em resposta ao ponto 12 do anexo ao ofício inicial da auditoria.



Mapa 5 – Certificação Legal de Contas 2013

Opinião	<p>Excepto quanto aos efeitos dos ajustamentos que poderiam revelar-se necessários caso não existissem as limitações descritas nos parágrafos 7.1 (ii), 7.3, 7.4 e 7.5 e exceto quanto às situações descritas nos parágrafos 7.1 (i) e (iii) e 7.2, as referidas demonstrações financeiras apesentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materialmente relevantes, a posição financeira da Parque Escolar, EPE, em 31/12/2013, o resultado das operações e os fluxos de caixa do exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.</p>
Reserva	<p>7.1 A média das avaliações realizadas em 2011 e 2012, atualizadas em 2013, por peritos independentes inscritos na Comissão de Mercado de Valores Mobiliários (CMVM) a 138 infraestruturas escolares e ao património próprio adquirido à ESTAMO, SA, registadas em Propriedades de Investimento e Investimentos em Curso por cerca de 1.765.000 euros, revelam a existência de:</p>
	<p>i) Perdas por imparidade em infra-estruturas escolares e num edifício de valorização patrimonial, não registadas no Ativo e no Capital Próprio no montante de 48.757 mil euros, conforme preconizado na NCRF 12.</p>
	<p>ii) As avaliações efetuadas pelos peritos da CMVM às infraestruturas referidas em 7.1, pelo método de substituição, não abrangem a verificação física das empreitadas realizadas, nem as especificidades e materiais contratualizados, pelo que não é possível ajuizar sobre a eventual existência de imparidades incluídas em Propriedades de Investimento da Parque Escolar, EPE, em 31/12/2013, resultante da não conformidade de especificidades e materiais/não execução de trabalhos contratualizados.</p>
Reserva	<p>iii) O valor de Terrenos afeto: a) às infraestruturas transmitidas pelo Estado por Despacho Conjunto das Tutelas pendente de publicação desde 2010 e por Despacho n.º 14546/2013, de 5 de novembro de 2013 e, b) as restantes infraestruturas escolares concluídas, conforme previsto nos artigos 5.º e 5.ºA dos estatutos da empresa, no montante total de cerca de 259.000 mil euros, não foi registado no ativo e no capital próprio, por o processo de avaliação, registo e posterior integração no capital estar em curso.</p>
Reserva	<p>7.2 Tanto o contrato programa aprovado pelo Tribunal de Contas em 26/12/2013, como a RCM n.º 70-A/2013, de 30/10, não contemplam no seu âmbito a remuneração de investimento e manutenção relativa ao 2.º semestre de 2012. A Parque Escolar só especializou a remuneração de Investimento correspondente ao gasto financeiro ocorrido nesse semestre. Porém, face à situação descrita, o ativo e os capitais próprios encontram-se sobrevalorizados em cerca de 14.000 mil euros.</p>
Reserva	<p>7.3 Não foram objeto de avaliação por perito independentes as restantes infraestruturas escolares registadas em Investimentos em curso no momento de cerca de 275.950 mil euros (valor incluído em investimentos efetuados em escolas da fase 3 que se encontram em fase final). Na ausência de avaliações, não dispomos de informação que nos permita concluir sobre eventual existência de perdas por imparidade não reconhecidas nas demonstrações financeiras da Parque Escolar em 31/12/2013.</p>
Reserva	<p>7.4 Desconhecemos se o relatório de auditoria de 2013 da IGF (emitido em fevereiro de 2014 mas não disponibilizado na presente data), poderá incluir ou originar ajustamentos às demonstrações financeiras.</p>
Reserva	<p>7.5 As demonstrações financeiras de 31/12/2013 incluem o valor do investimento realizado, em fase de projeto, nas 39 escolas objeto de suspensão dos processos de empreitada que, nessa data, ascende a cerca de 15.500 mil euros e divulgam, na nota 33.1 do anexo, o valor do investimento contratado relativo a essas 39 escolas no montante de cerca de 35.600 mil euros, mas não incluem qualquer estimativa do valor indemnizatório que abrange os concursos objeto de revogação da decisão de contratar, dessas 39 escolas e de 9 escolas em curso. Está ainda em curso a análise, pelo Ministério da Educação e Ciência, dessa situação que poderá originar alterações ao plano de investimentos inicialmente traçado pela Tutela. A eventual suspensão definitiva de todo ou de parte do plano de investimentos nas referidas 39 escolas, implicaria a diminuição do ativo e do resultado do exercício, no máximo, pelo valor acima referido de 15.500 mil euros e o aumento do passivo e a diminuição do resultado do exercício por valor não quantificado pela Parque Escolar.</p>
Reserva	<p>Existem ainda 9 escolas que estão em resolução contratual, desconhecemos se desses processos podem advir outras responsabilidades não registadas nas contas.</p>
Reserva	<p>Sem afetar a opinião expressa são realçadas as seguintes situações:</p>
Reserva	<p>1 O objeto da Parque Escolar consiste no planeamento, gestão, desenvolvimento e execução do Programa de Modernização e manutenção da rede pública de escolas secundárias e outros edifícios afetos ao Ministério da Educação. As demonstrações financeiras em 31/12/2013 foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, contudo, a viabilidade e sustentabilidade do modelo de negócio e do financiamento do Programa de modernização desenvolvido pela empresa, está dependente do apoio financeiro do acionista e de eventuais deliberações futuras.</p>
Reserva	<p>2 Conforme referido na nota 21 do anexo ao Balanço e à Demonstração de Resultados foram registados impostos diferidos passivos correspondentes aos subsídios de investimento conforme preconizado na NCRF n.º 25, cuja exigibilidade está dependente da concretização de operações lucrativas futuras da Parque Escolar. Esta responsabilidade tem vindo a ser objeto de adequada regularização numa base anual.</p>
Reserva	<p>3 Em 31/12/2013, o Fundo afeto ao diferimento da mensuração da Grande Manutenção e da Manutenção Funcional era insuficiente em cerca de 6.841 mil euros. Não foi objeto de reforço em 2013 por não ter sido emitido despacho pela Tutela nos termos previstos na primeira revisão do contrato programa.</p>
Reserva	<p>4 Verificámos o cumprimento das orientações das Tutelas da Educação e das Finanças relativamente a:</p> <ul style="list-style-type: none"> i) à Lei dos Compromissos (Lei n.º 8/2012, de 21/02 e DL n.º 127/2012); ii) à redução remuneratória prevista na Lei n.º 55-A/2012, de 31/12; iii) à variação nula dos gastos com fornecimentos e serviços externos e dos gastos com o pessoal comparativamente com o exercício seguinte; iv) ao prazo médio de pagamento a fornecedores (calculado de acordo com a metodologia preconizada pela Direção-Geral do Orçamento), que ascende a 81 dias, sendo inferior ao limite máximo estipulado em 90 dias.
Reserva	<p>6 Suprimimos a reserva 7.3 da Certificação Legal de Contas de 2012 (relativa a eventuais consequências das infrações financeiras identificadas nos relatórios de 2012 do TC e à incerteza do desfecho da correspondente ação instaurada pelo Ministério Público) por ser convicção da Administração que "o montante de 42.872 mil euros, constante do Relatório do TC de 22/03/2012, embora podendo constituir eventual infração financeira, nos termos das normas aplicáveis por violação do procedimento de contratação aplicável, não conduz a qualquer correção nas demonstrações financeiras já que correspondem a serviços efetivamente prestados, com exceção do valor de 334 mil euros que, nessa data, está a ser objeto de um processo por iniciativa do Tribunal de Contas, seguindo os seus termos contra os autores da decisão de pagamento, para efetivação jurisdicional da responsabilidade financeira reintegratória, por alegados pagamentos indevidos efetuados".</p>
Reserva	<p>7 As demonstrações financeiras dos exercícios findos em 31/12 de 2010, 2011 e 2012 não foram sujeitas a aprovação formal em despacho ministerial pela Tutela das Finanças. O CA procedeu ao registo contabilístico da aplicação de resultados de cada um desses exercícios, conforme propostas incluídas nos relatórios de gestão sobre os mesmos, por considerar que as referidas demonstrações financeiras e respetivas propostas de aplicação de resultados serão objeto de aprovação sem alterações.</p>

Fonte: Certificação Legal das Contas 2013



Mapa 6 – Balanço 2013

Unidade: milhares de euros

Designação	2011	2012	2013	Estrutura 2013		Variação 2012/2013
				Global	Por grupos	
ATIVO						
Não corrente						
Ativos fixos tangíveis	804	604	443	0,0%	0,0%	-27%
Propriedades de investimento	1.452.616	1.679.166	1.831.002	76,4%	83,9%	9%
Investimentos em curso	495.443	490.206	347.305	14,5%	15,9%	-29%
Ativos intangíveis	246	116	21	0,0%	0,0%	-82%
Outros ativos financeiros	0	0	3.148	0,1%	0,1%	-
	1.949.110	2.170.092	2.181.919	91,1%	100,0%	1%
Corrente						
Inventários	0	0	0	0,0%	0,0%	-
Clientes	14.722	718	62.568	2,6%	29,3%	8614%
Estado e outros entes públicos	6.161	4.011	140	0,0%	0,1%	-97%
Outras contas a receber	9.521	50.670	64.521	2,7%	30,3%	27%
Diferimentos	820	437	593	0,0%	0,3%	36%
Caixa e depósitos bancários	127.522	150.611	85.410	3,6%	40,1%	-43%
	158.747	206.447	213.231	8,9%	100,0%	3%
Total ativo	2.107.857	2.376.539	2.395.150	100,0%		1%
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO						
CAPITAL PRÓPRIO						
Capital realizado	91.343	91.343	91.343	10,9%		0%
Resultados transitados	-13.115	-38.537	-59.246	-7,0%		54%
Outras variações no capital próprio	557.590	795.390	824.705	98,1%		4%
Resultado líquido do exercício	-25.423	-15.090	-16.222	-1,9%		8%
Total do capital próprio	610.395	833.106	840.580	100,0%		1%
PASSIVO						
Não corrente						
Provisões	523	3.493	70.801	4,6%		1927%
Financiamentos obtidos	1.000.000	1.140.000	1.102.860	70,9%		-3%
Passivos por impostos diferidos	201.035	286.773	267.617	17,2%		-7%
Outras contas a pagar	0	0	0	0,0%		-
	1.201.558	1.430.266	1.441.279	92,7%		1%
Corrente						
Fornecedores	1.920	1.228	1.598	0,1%		30%
Estado e outros entes públicos	414	309	5.945	0,4%		1824%
Financiamentos obtidos	77.000	0	37.140	2,4%		-
Fornecedores de investimento	180.811	36.237	18.078	1,2%		-50%
Outras contas a pagar	28.082	65.407	34.910	2,2%		-47%
Diferimentos	7.677	9.988	15.620	1,0%		56%
	295.904	113.169	113.291	7,3%		0%
Total do passivo	1.497.462	1.543.434	1.554.570	100,0%		1%
	2.107.857	2.376.539	2.395.150	-		1%

Fonte: Balanço Parque Escolar 2013

Mapa 7 - Demonstração de Resultados 2013⁶⁷

Unidade: Milhares de Euros

RENDIMENTOS E GASTOS	2011	2012	2013
Serviços prestados	49,050	45,989	53,207
Trabalhos para a própria empresa	6,059	4,077	2,583
Fornecimentos e serviços externos	-12,192	-7,057	-6,801
Gastos com o pessoal	-12,620	-9,661	-9,927
Ajustamentos em inventários	0	-338	0
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	0	0	-88
Provisões (aumentos/reduções)	-523	-3,771	-68,664
Outros rendimentos e ganhos	17,211	44,191	101,975
Outros gastos e perdas	-507	-242	-1,411
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	46,477	73,188	70,874
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	-50,572	-54,910	-57,820
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	-4,095	18,278	13,054
Juros e rendimentos similares obtidos	6,808	315	151
Juros e gastos similares suportados	-27,946	-33,567	-29,350
Resultado antes de impostos	-25,233	-14,974	-16,145
Imposto sobre o rendimento do exercício	-190	-116	-75
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	-25,423	-15,090	-16,220

Fonte: Demonstração de Resultados

Mapa 8 - Financiamento obtido

Entidade Credora	Data Contrato	Valor negociado	Tipo	Objetivo	Período	Taxa juro	Valor efetivo do empréstimo (desembolsos)	Caraterização	Garantia/ Aval	Pagamento 2013 - JUROS	Comissão paga abril 2013	Comissão de 2013 paga em jan.º 2014
<p>FONTE: <i>Análise documental</i> <i>Rd e Contas PE 2013 Pág. 91 e ss</i> <i>Mapa acompanhamento empréstimos</i> <i>Análise documental</i> <i>Mapa acompanhamento empréstimos</i></p>												
ESTADO PORTUGUÊS representado pela DGTf	27/06/2012	90.000.000 €	MLP	Reembolso de operações financeiras (empréstimos banca comercial) com vencimento durante o ano de 2012	2012-2017 carência: 2 anos	fixa 2,78%	27-06-2012 90.000.000 €	Autorização: Desp Conj MF e MEC de 25/6/2012 Juros: pagos a partir de 31/5/2013 de seis em seis meses postecipados Amortização capital: a partir de 31/5/2014, em oito prestações de igual valor Desp SETF 956/SEI/2012, de 25 de junho	-	3.614.000 €	-	-
BEI	22/5/2009	300.000.000 €	MLP	Financiamento do PMEES (avaliado pelo BEI em 2.187.000.000€)	2009-2029 carência: 5 anos	variável Eur 6M + 0,403%	15-06-2009 130.000.000 €	Data limite disponibilidade: 22/5/2011 Reembolso: 31 prestações semestrais consecutivas e variáveis cfr. anexo E (a primeira a 01/04/2014 e última a 01/04/2029) Anualmente PE remete ao BEI relatório de progresso do projeto e, em junho de 2013, o relatório de conclusão do projeto	Aval do Estado Português	2.425.668 €	305.000 €	303.333 €
BEI	27/5/2010	600.000.000 €	MLP	Financiamento do PMEES (avaliado pelo BEI em 2.971.700.000€)	2010-2030 carência: 5 anos	fixa 1,894%	15-09-2010 150.000.000 €	Data limite disponibilidade: 27/5/2012 Juros: Taxa fixa ou variável, a escolher com o desembolso	Aval do Estado Português	16.971.335 €	600.833 €	600.556 €
BEI	27/5/2010	600.000.000 €	MLP	Financiamento do PMEES (avaliado pelo BEI em 2.971.700.000€)	2010-2030 carência: 5 anos	fixa 3,727%	17-03-2011 300.000.000 €	Reembolso: 31 prestações semestrais consecutivas e variáveis cfr. anexo E (a primeira a 01/04/2015 e última a 01/04/2030) Anualmente PE remete ao BEI relatório de progresso do projeto e, em junho de 2013, o relatório de conclusão do projeto	Aval do Estado Português	16.971.335 €	600.833 €	600.556 €
BEI	27/5/2010	600.000.000 €	MLP	Financiamento do PMEES (avaliado pelo BEI em 2.971.700.000€)	2010-2030 carência: 5 anos	variável Eur 6M + 1,413%	07-03-2012 50.000.000 €	Reembolso: 31 prestações semestrais consecutivas e variáveis cfr. anexo E (a primeira a 01/04/2015 e última a 01/04/2030) Anualmente PE remete ao BEI relatório de progresso do projeto e, em junho de 2013, o relatório de conclusão do projeto	Aval do Estado Português	16.971.335 €	600.833 €	600.556 €
CEB	06/07/2010	250.000.000 €	MLP	Financiamento do PMEES - fases 2A e 2B (166 escolas - 1.986ME investimento)	2010-2030 carência 6 anos	variável Eur 6M + 0,49%	15-10-2010 50.000.000 €	Tem adenda de 2013, na sequência da PE ter solicitado o alargamento do prazo de disponibilidade para 30/06/2015	Aval do Estado Português	4.539.179 €	150.556 €	150.833 €
CEB	06/07/2010	250.000.000 €	MLP	Financiamento do PMEES - fases 2A e 2B (166 escolas - 1.986ME investimento)	2010-2030 carência 6 anos	fixa 4,10%	22-06-2011 100.000.000 €	disponibilidade para 30/06/2015	Aval do Estado Português	4.539.179 €	150.556 €	150.833 €
TOTAL		1.240.000.000 €					1.140.000.000 €			27.550.182 €	1.056.389 €	1.054.722 €
ESTADO PORTUGUÊS representado pela DGTf	10/10/2013	11.858.165 €	CP	Necessidades financeiras decorrentes do pagamento de serviço da dívida ao BEI e ao CEB	out - dez 2013	1,05%	01-01-2013 11.858.165 €	Desembolso: 9.599.002,78€ para o IGCP (para regularização de antecipação de fundos com data-valor de 01/01/2013) + 2.259.162,50€ para a conta da Parque Escolar Desp SETF 1796-set/13, de 27 de setembro Conta bancária da PE: IGCP - 0781.0112.0112	na	28.816 €	-	-
TOTAL (curto prazo)							11.858.165 €			28.816 €	0 €	0 €
TOTAL GERAL							1.151.858.165 €			27.578.998 €	1.056.389 €	1.054.722 €

⁶⁷ Mapa retificado face ao constante do Relato, na sequência do exercício do contraditório pelo CA da Parque Escolar.